

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Folha de S. Paulo

[Título: Congresso não vê espaço para União reduzir o preço dos combustíveis](#)..... 18

O Estado de S. Paulo

[Título: Volta ao "normal"?](#) 26

[Título: Governo estuda 'seguro' para gasolina](#) 35

[Título: Setor fará balanço da crise de combustível](#) 37

[Título: Indústria de biodiesel pede isonomia tributária.....](#) 28

Correio Braziliense

[Título: Exército sai das rodovias hoje.....](#) 42

Valor Econômico

[Título: Suavização tem apoio, mas é solução limitada.....](#) 63

[Título: Governo não prorroga ação do Exército nas rodovias](#) 75

[Título: Destaques](#) 79

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....3

Título: Quanto mais muda, mais fica igual..... 3

Título: O Jogo do Ultimato

Título: Que nem o cobre chileno..... 6

Título: A hora da covardia

Título: Os preços dos combustíveis.....	9
Título: Turbulência interna traz volatilidade, mas cria oportunidades.....	12
Título: Postos já vendem diesel com desconto.....	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: O Paro dos caminhões	16
Título: Se a arrecadação do governo está acima do esperado por que não corta imposto? ..	17
Título: Congresso não vê espaço para União reduzir o preço dos combustíveis.....	18
Título: Apesar da queda recente, preço do petróleo não cai tão cedo, dizem especialistas..	21
Título: CVM já questionou Monteiro e fechou acordo de R\$ 200 mil	23
Título: Com importação em alta, produção de diesel no país é a mais baixa em 15 anos	25
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	26
Título: Volta ao "normal"?	26
Título: » Mesma língua.....	28
Título: Indústria de biodiesel pede isonomia tributária.....	28
Título: ‘Chegou a hora da intervenção civil no governo’	29
Título: Dependência do Estado	33
Título: Governo estuda ‘seguro’ para gasolina	35
Título: Produção de diesel de janeiro a abril é a menor em 15 anos.....	36
Título: Setor fará balanço da crise de combustível	37
Título: Estoques serão repostos nos próximos dias.....	38
Título: ‘Governo deve evitar medidas populistas’	39
VEÍCULO: Correio Braziliense	40
Título: Fim da greve na estrada, início das fake news no celular.....	40
Título: Exército sai das rodovias hoje.....	42
Título: Brasilienses voltam à rotina após a greve.....	43
Título: Insatisfação em alta na caserna	45
Título: "Greve derrubou PIB e confiança"	46
Título: "O Brasil caminha para uma situação-limite"	51
Título: Meu pirão primeiro.....	55
Título: Lições da greve e a necessidade de uma reforma tributária	56
Título: Alta repentina nos preços configura prática abusiva?.....	58
VEÍCULO: Valor Econômico	61
Título: Estatal aceita discutir reajuste, se não perder lastro	61
Título: Suavização tem apoio, mas é solução limitada.....	63

Título: Usinas temem que eventual mudança na metodologia afete etanol	66
Título: Risco aumenta e não se descarta um double dip	67
Título: ANP estima barris excedentes em até 17,2 bilhões	70
Título: PL facilita acordo entre União e estatal	72
Título: Crise atinge venda de ativos em refino	73
Título: Governo não prorroga ação do Exército nas rodovias	75
Título: Em 2 anos, Parente e Monteiro trabalharam para recuperar imagem e caixa da Petrobras	76
Título: Destaques	79
Título: Fundo TPG conclui a aquisição das linhas da Abengoa	80
Título: Curtas	81
Título: Parente pode ser definido como CEO da BRF ainda nesta semana	81
Título: Venda de etanol de usinas aos postos diminuiria os custos, mas geraria riscos	83
Título: Analistas veem maior risco em ação da Petrobras	84
Título: Queda de Parente muda ânimo com Petrobras	86

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ricardo Rangel

Título: Quanto mais muda, mais fica igual

Dilma interveio na economia, tivemos a recessão; para consertar o erro de Dilma, Temer intervém na economia

Dilma subsidiou caminhões, expandiu a oferta e derrubou o preço do frete. Além disso, a intervenção generalizada desorganizou a economia e gerou a recessão, que derrubou ainda mais o preço. A elevação do preço do petróleo no mundo e a disparada do dólar aumentaram os custos. A margem tornou-se ínfima, o endividamento pesou, as condições dos caminhoneiros se tornaram insustentáveis.

Petrobras e governo ignoraram os alertas emitidos durante meses. Se houvesse outras refinadoras, alguma delas teria dado ao assunto a importância devida, afrouxado um pouco o preço do combustível, e acabaria seguida pelas demais. Se isso não ocorresse, a pressão da greve seria diluída por vários fornecedores, e ficaria menor sobre a Petrobras e o governo.

Mas o Brasil insiste no monopólio, e vieram a greve e o locaute. A tecnologia ajudou o movimento: o WhatsApp facilitou a articulação, os baixos estoques permitidos pelo just in time garantiram que o impacto da greve fosse rápido e violento. E uma enorme parcela da população, farta de “tudo o que está aí”, apoiou a greve sem se dar conta de que é ela própria que paga o pato, e de que, sempre, “quanto pior, pior”.

O governo negociou com quem não tinha representatividade, cedeu antes que as estradas estivessem livres, se enfraqueceu, e capitulou miseravelmente. Encerrada a batalha, hora de contabilizar as baixas. Subsídio de R\$ 9,6 bilhões (curioso isso de criar um subsídio para corrigir os danos de um subsídio anterior).

Tabelamento de preços, com valor mínimo para o frete e máximo para o combustível na bomba. Contratação sem licitação das frotas de quem participou do acordo, reduzindo a concorrência. Benesses essas pagas com redução de investimentos e/ ou elevação de impostos, em mais uma transferência de renda de pobre para rico. As medidas enterram o ajuste fiscal, e o intervencionismo reduz o apetite dos investidores, comprometendo a retomada do crescimento.

Os incalculáveis bilhões de prejuízo em produtos, serviços e oportunidades, dispersos por todos os setores da economia, contribuem para a recessão. Para piorar, o subsídio vai para combustível fóssil, que aumenta a poluição e o aquecimento global. Por fim, as medidas não “solucionam” nada: o subsídio é temporário, daqui a dois meses o problema volta.

A solução efetiva seria retomar o crescimento econômico, elevando a demanda e o preço do frete — o que era difícil antes e agora parece impossível. Quando o preço do petróleo caiu, o Rio quebrou; agora que o petróleo subiu, o país quebrou. Somos reféns dos caminhoneiros há décadas: quando há uma greve, e o país para, concedemos estímulo às rodovias, e nada falamos sobre ferrovias e hidrovias.

O controle de preços na Petrobras causou perdas de R\$ 55 bilhões; agora, os políticos pressionam para que o governo retome o controle de preços. Dilma interveio na economia, tivemos a recessão; para consertar o erro de Dilma, Temer intervém na economia.

Todos estamos vendo, no Rio, o que acontece quando as despesas se tornam maiores do que a arrecadação. No entanto, nos recusamos a cortar despesas do governo e a fazer a reforma da Previdência. “Quem não se lembra de seu passado está condenado a repeti-lo”, disse George Santayana.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Samy Dama

Título: O Jogo do Ultimato

Para protestar contra o governo, muitos brasileiros apoiaram acordo com caminhoneiros mesmo sabendo que, no fim, vão ficar com a conta da paralisação

A maneira como será paga a conta da paralisação dos caminhoneiros levou o Brasil à sua própria versão do Jogo do Ultimato, um famoso experimento econômico sobre vingança. O acordo custou, até agora, R\$ 13,5 bilhões em dinheiro público para cobrir a queda de R\$ 0,46 no preço do diesel. Os cortes que serão feitos para compensar este valor atingem o SUS, a segurança, a educação, entre outros setores. Além disso, custos com combustível, alimentos e outros bens e serviços pesaram no bolso na semana que passou. Claro que há uma revolta contra o governo, pagamos muito e recebemos serviços básicos de péssima qualidade. O mais lógico seria que a população estivesse protestando contra o aumento de gastos e os benefícios dos políticos. Porém o que vimos foi o apoio, pagando do próprio bolso, às exigências de um grupo relativamente pequeno, de 400 mil caminhoneiros, para sinalizar a insatisfação contra o governo.

Agir contra os próprios interesses para prejudicar o outro é algo que também ocorre durante o Jogo do Ultimato. Criado por três psicólogos alemães, Werner Güth, Rolf Schmittberger e Bernd Schwarze, o jogo envolve dois jogadores e uma única rodada. O primeiro jogador recebe uma quantia, por exemplo, de R\$ 1 mil, e decide como dividirá o dinheiro com o segundo jogador. Se o segundo jogador aceitar a divisão, os dois levam o valor proposto pelo primeiro jogador. Caso o segundo jogador não aceite, nenhum dos dois ganha nada. Não existe negociação, os jogadores não se conhecem e não podem se comunicar antes ou durante o jogo. Imagine que o primeiro jogador opte por ficar com R\$ 800 e ofereça R\$ 200 ao segundo jogador. O que este fará? Uma pessoa absolutamente racional esperaria que o jogador 2 aceitasse o oferecido, já que ficar com R\$ 200 é melhor do que nada.

Mas a vida nem sempre funciona como os modelos de otimização. Os pesquisadores observaram que, quando o valor oferecido ao segundo jogador

era inferior a 30% do total, a oferta geralmente era rejeitada. Quando o jogador 2 recusa a proposta de R\$ 200, é como se ele estivesse pagando esses R\$ 200 para penalizar o jogador 1 em R\$ 800. Em outro estudo, três economistas holandeses, Hessel Oosterbeek, Randolph Sloof e Gijs van de Kuilen, analisaram os dados de 37 artigos produzidos em 25 países sobre o Jogo do Ultimato. Mas, nos testes, para facilitar o cálculo, o prêmio era dividir uma torta, não uma quantia em dinheiro. Os resultados foram publicados em 2004 no *Experimental Economics Journal*.

É curioso olhar como a torta — ou a quantia — é dividida de país para país. Os mais generosos foram os paraguaios, que ofereciam 51% ao segundo jogador e não tiveram nenhuma recusa. Já os mais sovinas foram os jogadores do Peru e da Espanha, com a oferta de 26%. A média de ofertas de jogadores 1 foi de 40%, já os jogadores 2 rejeitaram, em média, 17% das propostas. Ou seja, preferiram ficar sem nada a ver o outro ganhar acima do que consideravam justo. Assim como nos experimentos com dinheiro, as ofertas inferiores a 30%, em sua maioria, foram rejeitadas. O prazer da vingança e da punição é mais forte do que muitos imaginam. Nessa greve, vemos como os fatores psicológicos envolvidos se sobressaíram em relação a argumentos técnicos. Espero que o prazer da vingança tenha compensado a cara conta que pagaremos com as perdas econômicas e custos que serão repassados à população.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Que nem o cobre chileno

A proposta de criar um fundo de estabilização dos preços dos derivados do petróleo que absorva eventuais oscilações das cotações internacionais foi sugestão de Henrique Meirelles, antes de deixar o Ministério da Fazenda. O modelo é inspirado na experiência chilena para compensar as variações do valor do cobre.

Vida que segue

Em Londres, avança a negociação para a venda do braço africano da Petrobras, no qual o BTG Pactual detém 40%. Coisa de uns US\$ 2 bilhões. A Vitol, com sede na Suíça, aparece como favorita no negócio. O calote elétrico da Petrobras está de olho também no processo de privatização das seis distribuidoras de energia elétrica da Eletrobrás, objeto de decreto enviado, sexta, ao Congresso. A venda é importante para equacionar a dívida da “brás” de energia com a “brás” do petróleo de uns R\$ 20 bilhões.

Ponto Final

Temer, ao comemorar o fim da greve dos caminhoneiros, diz que foi “iluminado por Deus”. Crivella, ao anunciar a nova tarifa de ônibus de R\$ 3,95, falou “em cronograma sagrado”. É aquela coisa. Quando o bicho pega aqui na Terra, a turma apela para o divino.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Demétrio Magnoli****Título: A hora da covardia**

Não se tem notícia de humilhação similar. Para todos os efeitos práticos, o governo Temer sucumbiu, atropelado por um caminhão. Mas, em meio ao caos, entre as vozes estridentes dos populistas e os ecos secundários dos oportunistas, deve-se registrar o silêncio dos candidatos de centro. Na paisagem de ruínas, ninguém ousou sair em defesa do interesse geral. A covardia será punida nas urnas.

O Planalto sabia que a explosão viria, mas permaneceu inerte. Diante da catástrofe consumada, ensaiou uma valsa de sucessivos rugidos e recuos, até a completa desmoralização. No início, corretamente, identificou a natureza da operação de locaute, que se fantasiava como greve espontânea. Na sequência, renunciou ao exercício da força legítima, oferecendo carta branca aos grandes empresários de transportes e às facções amotinadas dos caminhoneiros.

Corte das estradas, abolição do direito de ir e vir, colapso do abastecimento essencial: uma nação sem governo, sem lei, converteu-se em refém da força privada. Temer capitulou duas vezes, entregando bem mais do que exigiam as milícias invasoras. No meio do percurso, estendeu sua própria humilhação ao STF, que dera amparo à liberação compulsória das estradas, e aos militares, que se preparavam para cumprir a ordem de romper os bloqueios.

O presidente e seu círculo de patéticos estrategistas temiam que a aplicação da lei provocasse uma reprodução das “jornadas de junho” de 2013, incendiando as cidades. No altar sacrificial da capitulação, eles imolaram todos os bens públicos que tinham ao alcance. A desoneração da folha das transportadoras, o tabelamento do frete, a contratação de transporte sem licitação, o subsídio ao diesel serão financiados por cortes de gastos sociais, inflação e emissão de dívida.

Há, contudo uma perda maior: agora, ninguém mais duvida de que a chantagem compensa, especialmente se for conduzida a seus limites extremos. Soltaram os

cachorros loucos. Nos bloqueios e acostamentos, os especuladores do caos desfraldaram as bandeiras da “intervenção militar”.

Na arena de campanha, Jair Bolsonaro prometeu apoio integral aos “caminhoneiros”, simulou um pedido de moderação e, finalmente, garantiu que “um futuro presidente honesto/patriota” anistiará qualquer hipotético atingido por penalidades legais. O protagonista incontestemente ganhou coadjuvantes, que se aninharam na boleia de uma carreta bitrem.

Ciro Gomes avisou que, sem a revogação da lei do teto de gastos públicos, “vai faltar escola e hospital”. Já Álvaro Dias, um inesperado nostálgico da idade de ouro dilmista, clamou pela administração política dos preços de combustíveis. A falência técnica da Petrobras nada ensinou ao lulopetismo, engajado na repetição farsesca de uma história trágica.

Precisamente quando Bolsonaro advertiu para “a hora de acabar” o motim das estradas, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), tentáculo sindical do PT, ensaiou um espetáculo alternativo de dupla utilidade. No plano puramente simbólico, a frustrada greve dos petroleiros reivindicava a redução dos preços do gás de cozinha, uma bandeira “popular” de contraponto petista à baderna da direita.

No plano prático, exigia a demissão de Pedro Parente, o presidente que resgatou a Petrobras de um poço sem fundo, passo necessário para uma futura restauração do controle partidário sobre a estatal. Bolsonaro e o PT operaram segundo seus interesses, apostando nas ações do colapso. O visceral oportunismo de Álvaro Dias só surpreendeu os que não o conhecem.

Mas é o silêncio tumular de Geraldo Alckmin e Marina Silva, os candidatos viáveis do centro do espectro político, que indica a dimensão da crise nacional. O candidato tucano permaneceu virtualmente calado durante o auge da crise. No epílogo, depois de firmado o tratado de capitulação, produziu uma exigência vazia de retorno à “normalidade”.

A candidata da Rede, por sua vez, criticou com justiça a falta de medidas preventivas do governo e a política de variação diária de preços, apenas para ensaiar um raciocínio primitivo — e demagógico — sobre a possibilidade de usar a produção doméstica de petróleo para regular os preços dos combustíveis. A covardia triunfou. Nem Alckmin, nem Marina exigiram a garantia dos direitos básicos de circulação nas estradas e de abastecimento de bens essenciais.

Nenhum dos dois formulou uma nítida condenação dos termos da rendição do Planalto à chantagem dos promotores do locaute. Nenhum deles teve a audácia de defender a gestão de Pedro Parente, explicando que inexiste almoço grátis

— e que, sob o império do lulismo, a Petrobras foi à lona por financiar subsídios de cunho populista. Segundo constatação do Datafolha, 87% dos brasileiros aprovaram o movimento de paralisação, mas 56% o consideraram prejudicial à população.

O instituto registra, ainda, que exatos 87% recusam os aumentos de impostos e cortes de gastos derivados da capitulação governamental. As nações enlouquecem quando o conjunto de suas lideranças políticas entregam-se ao populismo, ao oportunismo e à covardia. Nessa hora, a velha ordem desaba.

Demétrio Magnoli é sociólogo

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Os preços dos combustíveis

Tema em discussão

Nossa opinião

Modelo da falência

A demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobras conseguiu unir gente do governo Temer e a oposição, pontos diametralmente opostos no cenário político brasileiro atual. O entendimento entre ambos se dá porque coincidem na visão de que a Petrobras, por ser do Estado — esquecem que há uma miríade de acionistas pessoas físicas e jurídicas, dentro e fora do país —, pode servir de instrumento do governo de turno.

Foi esta visão que praticamente quebrou a empresa, devido à gestão temerária nos governos Lula e Dilma. Além de usada como fonte bilionária de recursos para financiar o projeto de poder lulopetista — e mesmo, via propinas, melhorar o padrão de vida de alguns líderes, como está provado na Justiça —, a estatal também padeceu ao ser, como em tantas outras vezes, instrumento de controle da inflação.

Da pior forma possível: via congelamento de seus preços. Outro uso deletério feito da estatal, numa imitação do que aconteceu na ditadura militar, foi colocá-la como indutora de um programa megalomaniaco de substituição de importações de equipamentos destinados à exploração de petróleo, projeto também usado para arrecadar propinas de empreiteiras.

A empresa chegou ao governo Temer virtualmente quebrada. Se fosse uma companhia privada, teria de pedir recuperação judicial, forma moderna da concordata. A administração de Pedro Parente foi essencial para a empresa recuperar as finanças, a capacidade de investimento etc.

Para isso, executou um programa de venda de ativos que contrariou os nacionalistas de plantão — sempre atentos quando se trata da Petrobras. Porém, sem que o Tesouro, com déficits anuais superiores a R\$ 100 bilhões, possa socorrer a companhia, a alternativa de venda de subsidiárias, em todo ou em parte, é a indicada.

E mesmo que as contas públicas estivessem superavitárias não faria sentido o conjunto da sociedade socorrer, com os altos impostos que paga, uma empresa estatal e seus acionistas privados. Ponto-chave na modernização administrativa da estatal é a política de preços, pela qual a empresa deixa de subsidiar o consumidor.

A crise que levou à saída de Pedro Parente foi deflagrada pela greve de caminhoneiros contra o aumento do diesel (e de todos os combustíveis), impulsionado pelo encarecimento do petróleo no mundo e do dólar no Brasil (também no exterior). Foi congelado o diesel por 60 dias, depois de que o preço será remarcado a cada 30, para dar previsibilidade aos usuários.

O Tesouro banca o subsídio temporário, e não a estatal. O importante é também aumentar a concorrência no mercado de combustíveis. Além disso, que a Petrobras não volte a ser usada de forma populista. Pois este é o modelo que destruiu a PDVSA venezuelana, e também o próprio país. Se a Petrobras é patrimônio nacional, mais um motivo para ser protegida do dirigismo e da demagogia.

Outra opinião

Política desastrosa

PAULO PIMENTA

A greve dos caminhoneiros, o desabastecimento e o caos gerado no país têm no governo Temer e no ex-presidente da Petrobras, Pedro Parente, os únicos responsáveis. A política de preços adotada para os combustíveis é desastrosa, caso contrário, o Brasil não teria mergulhado em uma situação de escassez semelhante à época da Segunda Guerra, quando não havia Petrobras, e o gasogênio foi usado aqui como alternativa.

A raiz do problema é que o governo abriu mão, em benefício do mercado (em especial Wall Street) e das petroleiras estrangeiras, do controle da maior e mais importante empresa nacional, pondo em risco a soberania e a segurança energética do país. Basta lembrar que do Conselho de Administração da Petrobras participam pessoas vindas da concorrência estrangeira e de entidades como Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), que representa interesses de concorrentes diretos da Petrobras.

Os combustíveis impactam diretamente o valor dos transportes públicos e dos fretes, que, por sua vez, se refletem nos preços de alimentos e produtos industrializados. Portanto, a política de preços que oscila conforme o câmbio e fatores externos atende ao mercado e não à população. O governo é o controlador da empresa e, assim, não existe interferência, mas exercício da prerrogativa do controle de preços.

A decisão de Temer de tirar dinheiro do SUS e outras áreas sociais para subsidiar o diesel, mantendo o lucro altíssimo da estatal, é um absurdo. Não é para atender os caminhoneiros, mas sim os fundos americanos, especuladores e acionistas da estatal. Na raiz do preço do diesel (e da gasolina, do gás, querosene de aviação etc.), está a apropriação da riqueza gerada pelo petróleo.

Durante os governos Lula e Dilma, os preços dos combustíveis e do gás de cozinha ficaram estáveis, e a Petrobras manteve seu lucro. Não teve prejuízo, como a mídia propaga; pode ter deixado de ganhar mais, mas atendeu a seus objetivos estratégicos.

A Petrobras foi criada para gerir a riqueza do petróleo nacional em nome de todos, não de grupos privados, que devem ter ganhos como acionistas, mas dentro de limites razoáveis. Não podemos aceitar que dolarizem o petróleo brasileiro. O resultado vimos nos últimos dias.

Os preços externos não são formados essencialmente pela lógica de mercado, de acordo com critérios de oferta e demanda. Há fatores diversos, como pressões derivadas de guerra ou intenção bélica, e o jogo geopolítico. A própria subida ou queda do dólar depende de decisões do Tesouro dos EUA. O Brasil não pode ficar à mercê disso, pois é a população que paga a conta, embora seja dona da maior parte da empresa, via União.

Atrelar o preço dos combustíveis ao dólar, como quis Pedro Parente, só beneficia acionistas — muitos deles fundos especulativos estrangeiros —, que, ao fim e ao cabo, são minoritários. Esperamos que, com a demissão de Parente, essa política de preços também seja demitida.

Paulo Pimenta (RS) é líder do PT na Câmara

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro****Título: Turbulência interna traz volatilidade, mas cria oportunidades**

Após greve e demissão de Parente, analistas veem ‘pechinchas’ na Bolsa e ganho maior na renda fixa

SÃO PAULO- A reviravolta econômica das últimas semanas, com greve de caminhoneiros e demissão de Pedro Parente da Petrobras, deve se prolongar na forma de volatilidade entre os investimentos. Mesmo assim, especialistas ainda enxergam boas oportunidades tanto na renda fixa quanto na Bolsa. Segundo os analistas, tudo dependerá do tempo que se pretende deixar o dinheiro aplicado e do nível de risco que se suporta correr. Rebeca Nevares, da Ativa Investimentos, lembra que as quedas recentes nos papéis da B3 — o Ibovespa perdeu 10 mil pontos em apenas 15 dias — proporcionam cotações atraentes para compra: — Até a eleição, vamos ter muita volatilidade. Mas, se o investidor está olhando o longo prazo, esse movimento de curto prazo é menos relevante, e é possível encontrar boas oportunidades. Em 26 de fevereiro, o Ibovespa renovou seu recorde histórico, com quase 15% de alta no ano.

Mas a incerteza eleitoral — leia-se: ausência de candidatos que agradem aos investidores na dianteira —, a recuperação econômica mais lenta do que o esperado e a possibilidade de aumento de juros no curto prazo tiraram a força da Bolsa. Hoje, a alta acumulada em 2018 é de apenas 1,1%. Ainda assim, Rebeca vê chances de ganhos com ações do setor financeiro (ela cita Itaú e Santander), em papéis favorecidos pela alta do dólar (como a exportadora Fibria) e também no setor de varejo (Pão de Açúcar, por exemplo). Tenda, Camil Alimentos e Valid são outras recomendações. Carlos Sequeira, do BTG Pactual, atribuiu à lentidão do crescimento a perda de atratividade da Bolsa. No início do ano, algumas estimativas apontavam para expansão de mais de 3% no Produto Interno Bruto (PIB).

Hoje, as projeções apontam para algo mais próximo de 2%. Crescimento menor se traduz em menos lucros para as empresas. — A greve dos caminhoneiros também deve contribuir para isso, tendo impacto na expectativa de crescimento dos lucros. Por isso, o Ibovespa “apagou” os ganhos que teve no ano — avaliou, acrescentando que o índice está entre 7% e 8% abaixo de sua média histórica. Ele também observou que as eleições vão determinar o rumo para o Ibovespa até o fim do ano. Se um candidato que agrade mais ao mercado (de direita e favorável às reformas) vencer, há chances de o índice caminhar para além dos 90 mil pontos. O contrário pode levá-lo a 65 mil pontos, previu. — E ainda há o cenário externo. O mercado consegue absorver pequenos

ajustes de juros nos Estados Unidos. Mas, se houver um movimento mais bruto, a pressão sobre o câmbio, sobretudo contra moedas emergentes, será grande — alertou.

Ainda assim, ele vê boas oportunidades em ações do setor de telecomunicações e serviços financeiros, como TIM e B3, além do laboratório Fleury (por ser um papel mais resiliente em momentos de maior volatilidade, explicou). Em ano de eleições, os analistas pedem cautela redobrada com ações de estatais. O exemplo mais evidente é a Petrobras, cujo futuro foi posto em xeque pelos rumores de mudança na política de preços e pela demissão de Pedro Parente, na sexta. — Há preocupação com o futuro da política de preço e com a potencial interferência do governo. As outras estatais, como Banco do Brasil e Eletrobrás, também sofrem dessa desconfiança e acabam perdendo valor — avaliou Luiz Roberto Monteiro, da Renascença Corretora.

TÍTULOS PREFIXADOS PARA PRAZOS LONGOS

Para quem é mais conservador, voltou a aumentar o leque de opções de boa rentabilidade na renda fixa. Fabio Macedo, da Easynvest, lembra que a expectativa de alta a juros no curto prazo melhorou o rendimento desse segmento. Esperava-se que o Banco Central (BC) cortasse os juros para 6,25% em maio, mas ele decidiu manter a taxa em 6,5% devido ao cenário de maior risco no exterior. Já especula-se que uma elevação pode ocorrer a curto prazo. Isso aumenta o rendimento dos títulos do Tesouro Nacional e também de títulos privados, como CDBs (certificados de depósitos bancários) e LCs (letras de câmbio). — Os investidores voltaram a procurar opções de maior liquidez, como CDBs de liquidez diária e Tesouro Selic (títulos atrelados à variação da taxa). Mas, para quem quer algo com mais prazo, houve elevação da expectativa de juros, levando os clientes a comprarem papéis prefixados (cujo retorno é conhecido desde o momento da compra) — disse Macedo. Os títulos prefixados do Tesouro com vencimento em 2025 estão pagando 11,1% ao ano, ante 9,7% em janeiro. Aqueles corrigidos pela inflação pagam juro de 5,3% (mais a variação do índice de preços IPCA); em janeiro, esses juros eram de 4,6%.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Thiago Herdy, Letycia Cardoso e Pedro Zuazo

Título: Postos já vendem diesel com desconto

Mas muitos ainda têm estoque antigo. Em outros, redução de preço, por enquanto, é inferior a R\$ 0,46

BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO -O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sergio Etchegoyen, disse ontem que o governo não vai prorrogar o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que autoriza o uso das Forças Armadas em todo o território nacional para desobstrução de vias públicas. A medida foi anunciada em 25 de maio, em meio à crise gerada pela greve dos caminhoneiros, e perde validade hoje. A avaliação do governo é que o abastecimento foi normalizado. Em alguns postos de combustíveis, consumidores já começam a encontrar o preço do diesel com desconto. A previsão do governo era de que a redução de R\$ 0,46 no valor do litro chegaria às bombas até hoje, já que os postos podem vender o diesel com o preço mais alto até o estoque antigo acabar. Em Brasília, de dez postos percorridos pelo repórter do GLOBO, cinco vendiam o diesel com desconto. Por determinação do Ministério da Justiça, os estabelecimentos fixaram placas com o preço do diesel cobrado em 21 de maio — dia em que se iniciou a greve dos caminhoneiros —, os R\$ 0,46 de desconto, e o novo valor.

SEM PLACAS COM PREÇO ANTIGO NOS POSTOS DO RIO

Gerente de um posto na região da BR-060 (que liga Brasília a Goiânia), Daniela Ribeiro contou que recebeu na noite de sábado carregamento de diesel mais barato. O posto vendia diesel a R\$ 3,939 o litro e passou a vender a R\$ 3,489. — A gente estava sem estoque por causa da greve. Então, já repassamos para o consumidor o primeiro caminhão-pipa que chegou, até porque o governo mandou — disse a comerciante. Em outro posto na mesma região, o desconto chegava a R\$ 0,506. O motorista de caminhão Mariano Leopoldino disse que tentou abastecer em um posto de Brasília, mas o valor do diesel ainda estava com preço antigo. — Pedi a nota para provar que o preço ainda estava alto e vou denunciar — afirmou, depois de conseguir encontrar um estabelecimento com diesel mais barato. No Rio, o desconto também chegou a alguns postos. Na Avenida Brasil, o posto vendia o litro do diesel S10 a R\$ 3,679. De acordo com funcionários do estabelecimento, a redução do preço foi possível porque o posto recebeu cinco mil litros de diesel ontem. Segundo um frentista, o último preço praticado na venda de óleo diesel era de R\$ 4,05. O funcionário, no entanto, não soube dizer qual era o valor cobrado no dia 21 de maio. Tampouco havia qualquer cartaz no estabelecimento que trouxesse a informação.

DESCONTO SÓ PARCIAL EM POSTOS DE SÃO PAULO

O novo preço chamou a atenção do médico Paulo Monteiro, de 63 anos, que passava pela pista lateral da Avenida Brasil e parou no posto para abastecer. O motorista de van Bruno Barcelos também comemorou a redução no diesel: — Se o preço do diesel realmente baixar, vai ficar melhor. Todo dia eu gasto R\$ 140 para rodar e, há dois meses, quando pagava R\$ 3,20 pelo diesel, esse gasto era de só R\$ 90. Nesse curto período, a minha renda diminuiu muito. Comecei a

atrasar a pensão, a prestação da van. E o pior: a gente não pode repassar o valor para o passageiro, porque o preço da passagem é fixo e se mantém o mesmo. Cobrador de van, Uanderson Mendes, reclama dos preços ainda altos: — Abasteci a van hoje (ontem) com R\$150, pagando R\$ 3,89 cada litro em um posto da Avenida Brasil. Há seis meses, eu gastava cem reais por dia de diesel. Esse aumento nos prejudica muito porque temos muitos gastos, temos que pagar o ponto. Em São Paulo, os postos já vendem o diesel mais barato, mas o desconto de R\$ 0,46 não está sendo aplicado integralmente.

Em um posto da Avenida Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo, o preço do litro do diesel caiu de R\$ 3,79 para R\$ 3,49, ou seja, R\$ 0,30. Funcionários do estabelecimento atribuíram o valor ainda alto à dificuldade de obter o produto em meio aos desdobramentos da greve das últimas semanas e a baixa oferta de diesel no mercado. Em outros estabelecimentos da mesma região, era possível encontrar diesel ontem por valores entre R\$ 3,34 e R\$ 3,54 — também com descontos menores do que o previsto em lei. Em um posto de combustível da Avenida Sumaré, Zona Oeste de São Paulo, o preço do diesel comum caiu só R\$ 0,36 por litro, de R\$ 4,10 para R\$ 3,74. O desconto para o diesel S10 foi ainda mais baixo, de R\$ 0,30, saindo de R\$ 4,20 para os atuais R\$ 3,90. O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Paiva Gouveia, garante que os postos com oferta de combustível estão repassando a redução de R\$ 0,46 no valor do litro do diesel, “porque é assim que a lei manda”.

‘CADA UM TEM UM PREÇO, É A LEI DO MERCADO’

Ele diz que postos com diesel em valor mais alto provavelmente ainda estão com combustível adquirido há mais tempo. No entanto, ele admite ser praticamente impossível controlar o índice real de repasse dos 8,7 mil estabelecimentos do estado de São Paulo com a oferta do produto. — A realidade é que o governo fez uma lei esquecendo-se de um detalhe importante: cada posto tem um preço, é a lei do mercado, isso é natural — diz o representante dos postos, lembrando que não existe valor de referência para o produto. Mesmo considerando finalizada a greve dos caminhoneiros, o grupo de monitoramento do governo terá nova reunião na manhã de hoje. — Neste momento, não há nenhum elemento que sugira a prorrogação da GLO.

Neste momento, a decisão é encerrá-la amanhã (hoje) — disse Etchegoyen ontem, após reunião no Palácio do Planalto. O governo também acompanha mensagens que têm circulado em redes sociais e aplicativos de celular sobre uma suposta nova greve de caminhoneiros que começaria hoje. O Palácio do Planalto já divulgou em suas redes sociais uma série de vídeos para combater essas notícias. Etchegoyen afirmou que o país está em um “quadro de normalidade” que não tende ser alterado. — Nós estamos avaliando qual o

tamanho e as consequências dessa eventual mobilização para amanhã (hoje), mas sem nos preocuparmos no ponto do alarde. Mas há obviamente tem que ser acompanhado — disse o ministro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Marcos André Melo

Título: O Paro dos caminhões

Nem Jornadas de Junho nem locaute contra Allende. O caso mais parecido com o protesto dos caminhoneiros foi o Paro contra o aumento do imposto de exportação ("retenciones") e sua flutuação pelo preço internacional, decretado por Cristina Kirchner no início de seu mandato, em março de 2008.

A paralisação durou três meses e o bloqueio geral das estradas causou desabastecimento em larga escala no país. A crise foi dramática, levando 10 mil pessoas às ruas em um "cacerolazo" e também a um manifesto de 750 intelectuais denunciando o "movimento destituente". O governo também entrou em conflito aberto com a mídia e acusou o grupo Clarín de conluio com os "golpistas".

Com as Jornadas de Junho só há em comum a escala e o impacto. O protesto dos caminhoneiros não foi movido pela insatisfação difusa com serviços públicos, corrupção e representação política, embora o apoio que logrou obter da população dela tenha se alimentado. Mas não foi o seu leitmotiv.

A paralisação tampouco foi um protesto de consumidores urbanos, mas de empresas e prestadores de serviço contra o ônus tributário do setor de transporte de cargas. É produto da disputa redistributiva instalada com a crescente restrição — agora institucionalizada — à elevação do gasto e da carga tributária.

Devido aos protestos, Kirchner recuou e reenviou a proposta como projeto de lei que, no entanto, não foi aprovada no Senado devido ao voto de minerva do presidente da Casa —e também vice-presidente da República—, Julio Cobos.

Cabeças rolaram: na Argentina a do ministro da economia, Martin Lousteau, e entre nós, a de Pedro Parente. Temer — um pato mais morto que manco — instigou demandas que se tornaram predatórias. O país pagou o preço pela decisão do TSE mantendo o presidente no cargo por "excesso de provas".

Quem se beneficia do Paro à brasileira? A primeira consequência é que a esquerda perdeu para a direita a bandeira do "Fora, Temer". A segunda é que o

PT e o presidente Lula saíram do radar político na quinzena crítica de anúncio de sua candidatura.

A terceira é que a crise alavanca a demanda por ordem, o que potencialmente beneficiaria Bolsonaro. No entanto, esse efeito é mitigado por um movimento em direção contrária de aversão ao risco.

Bolsonaro aparece neste quadro como potencialmente gerador de incerteza e instabilidade, aumentando o valor relativo do conhecido sobre o novo. O beneficiário natural é Alckmin, que representa segurança, arrefecendo a demanda por renovação. Embora a gestão tucana da Petrobras tenha sido arranhada, o tema Petrobras traz à baila o Petrolão, que ao PT e a aliados interessaria sepultar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Se a arrecadação do governo está acima do esperado por que não corta imposto?

Mercado Aberto

Se o governo está com a arrecadação acima do esperado, esse excedente não poderia se transformar em benefício tributário ou em uma redução de imposto? Essa foi a pergunta que alguns parlamentares fizeram à equipe econômica, ao longo da semana passada, enquanto a greve dos caminhoneiros refluía e se faziam contas relativas às consequências das concessões feitas para conter o movimento.

A resposta é que usar o excedente arrecadado é possível, mas nos próximos anos. Quando for elaborar o orçamento do próximo ano, se a decisão for transformar parte dessa arrecadação em renúncia tributária, será possível discutir o tema e aprovar o uso desse montante, mas não com o ano já iniciado. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 14, estabelece que se for dado algum benefício tributário no ano em curso, é obrigatória a compensação de três formas: pelo aumento de alíquota de imposto existente, pela elevação da base tributária, ou pela criação de um imposto novo.

Até 2010, o governo federal fazia vista grossa para esse tema e utilizava a arrecadação amais como fonte para renúncia tributária ao longo do ano. De lá para cá, vários acordeons do TCU (Tribunal de Contas da União) vedaram explicitamente essa manobra e determinaram que técnicos do governo seguissem a norma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mais de 90 mil caminhoneiros perderam trabalho nos últimos 4 anos

Mais de 90 mil vagas de caminhoneiro s foram fechadas desde 2015, segundo dados do Ministério do Trabalho. Nos primeiros quatro meses deste ano, o cenário de contratações foi positivo —não fosse isso, o número de postos encerrados teria se aproximado de 110 mil.

A maioria das vagas era de motoristas de transportadoras, mas também houve queda entre os que usam seu próprio caminhão para atender terceiros. O Ministério do Trabalho contabiliza também os autônomos agregados, proprietários de veículos que têm relação contratual fixa com uma empresa transportadora.

Os dois perderam vínculos e engrossaram a lista de caminhoneiros sem relação com transportadoras, diz Ricardo Jacomassi, da TCP Latam, consultoria que presta serviços no setor de transportes. Além da crise, uma lei aprovada na gestão de Dilma Rousseff em 2015 instituiu tempo de inter jornada, o que tornou o custo de manter um contratado mais alto, afirma.

"As empresas frotistas enxugaram quadros com a crise e buscaram autônomos livres, sem vínculos formais." Esses caminhoneiros são mais expostos à alta de preços do diesel, segundo Adauto Bentivegna Filho, advogado do Setcesp (sindicato de empresas do setor). "Na prática, são pequenos empresários e sofrem para repassar custos."

Rodas A maioria (65%) dos caminhões registrados na ANTT (agência de transportes terrestres) são de empresas. São mais de 1 milhão de veículos. Há 374 mil autônomos que, juntos, têm frota de 550 mil veículos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram e Daniel Carvalho

Título: Congresso não vê espaço para União reduzir o preço dos combustíveis

Orçamento apertado, Lei de Responsabilidade Fiscal e teto de gastos limitam ação do governo

Brasília Com o fim da greve dos caminhoneiros —que resultou em desconto de R\$ 0,46 no litro do óleo diesel— e a normalização do abastecimento de combustíveis, o comando do Congresso não vislumbra um cenário de queda de preços de gasolina, etanol e gás de cozinha. Em Brasília, o litro da gasolina é vendido à população por aproximadamente R\$ 5 nos postos. O botijão de gás chega a R\$ 80.

Para os presidentes do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a margem de manobra orçamentária é muito pequena para o governo atuar na redução do patamar.

Maia destaca ainda que o governo se depara com travas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da emenda à Constituição que estabeleceu um teto para os gastos.

O deputado acredita que a única política a ser feita no momento é o uso de impostos flutuantes, que seriam reduzidos no caso de alta do valor do petróleo. A providência, porém, não reduz o patamar de preço dos combustíveis, apenas suaviza as oscilações.

Essa medida ganha força desde de semana passada no **Ministério de Minas e Energia** como forma de amortecer o impacto da volatilidade do preço na bomba.

Está prevista para esta segunda-feira (4) uma reunião de representantes da pasta com técnicos do Ministério da Fazenda e da ANP (Agência Nacional de Petróleo) para tentar aprofundar a discussão.

Na sexta, ao anunciar Ivan Monteiro como seu escolhido para comandar a Petrobras, o presidente Michel Temer disse em pronunciamento que não haveria mudança na política de preços da empresa.

No caso do gás, Maia, que é pré-candidato à Presidência, defende que o governo crie um mecanismo que beneficie os mais pobres. Uma solução seria ampliar o benefício do Bolsa Família, direcionando o recurso para a compra do botijão. Mas, reconhece que a proposta tem limitações.

"Agora tem que ter paciência, entender que não tem mágica, que a Petrobras já foi usada de forma equivocada, [":] Há um problema grave, o orçamento público está esgotado. Não há mais espaço para grande interferência no Orçamento", disse à Folha. Senadora condena valores irracionais e pede corte no ICMS

A líder do MDB no Senado, Simone Tebet (MS), afirma que a Petrobras é uma empresa estatal e, por isso, precisa dar uma parcela de contribuição para que a população não seja penalizada. Para ela, o atual patamar dos combustíveis e do gás de cozinha é "irracional, absurdo e precisa ser reduzido".

Tebet afirma que o estabelecimento de um colchão que evite variações bruscas nos preços não é suficiente. Defende que a solução do problema passe necessariamente por cortes no ICMS, imposto arrecadado pelos estados.

Em média, 28% do preço da gasolina na bomba corresponde à cobrança de ICMS. A emedebista argumenta que a alta dos combustíveis levou a um aumento da

arrecadação do tributo, o que engordou os cofres estaduais: "Não há como negar que quem mais está ganhando com a alta dos combustíveis são os estados."

Os governos estaduais, no entanto, dizem não poder abrir mão do que arrecadam.

Em Pernambuco, por exemplo, o secretário de Planejamento, Márcio Stefanni, diz que o combustível representa 20% da arrecadação do estado.

"Estamos executando o orçamento com a previsão de receita. O ICMS paga saúde e educação. Reduzir este tributo seria mais um ataque ao pacto federativo", disse Stefanni. "Os estados e municípios estão com orçamentos estrangulados. Ajustar o equívoco da política de preços dos combustíveis no atual modelo de receitas públicas é gravíssimo, vai comprometer serviços", ponderou André Horta, secretário de Tributação do Rio Grande do Norte e coordenador dos secretários estaduais no Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Diante da crise, no entanto, dois projetos foram apresentados no Senado com o objetivo de estabelecer um teto para a cobrança de ICMS. Hoje, cada estado tem liberdade para definir sua alíquota.

Um dos textos, apresentado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), e pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) define que a alíquota de ICMS não poderá ultrapassar 7% no caso do diesel e 18% para gasolina e etanol.

O segundo projeto, de autoria do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), fixa em 12% a alíquota máxima de ICMS sobre o gás de cozinha. Hoje, a média nacional está em 14%.

Mas Eunício Oliveira, que comanda a pauta do Senado, diz não ter previsão de colocar estas propostas em votação na Casa. Ele também insiste que é preciso garantir a previsibilidade dos preços e inclui na discussão das mudanças tributárias os interessados em assumir a Presidência da República em 2019.

"Reforma tributária tem que ser debatida com os candidatos a presidente, assim, apo-pulação vai escolher sabendo o que pensa e o que fará o novo presidente que será eleito. É necessário este debate com aqueles que pensam em governar o país", disse Eunício.

Desde 2016, quando a Petrobras adotou a nova política de preços, que leva em conta o valor do dólar e do barril de petróleo, o litro da gasolina teve alta de mais de 20%.

No caso do ICMS, o presidente da Câmara afirmou que é preciso dialogar com os governadores. "Está todo mundo quebrado", disse, defendendo também reformas administrativa e tributária.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Patrícia Campos Mello

Título: Apesar da queda recente, preço do petróleo não cai tão cedo, dizem especialistas

São Paulo O petróleo vem caindo nos últimos dias por causa da possibilidade de Rússia e OPEP aumentarem sua produção, mas especialistas advertem que o preço da commodity não voltará tão cedo ao baixo patamar dos últimos anos.

Isso porque os estoques de petróleo armazenados pelos países desenvolvidos caíram para o menor nível em três anos, o que torna o preço bastante sensível a quaisquer eventos geopolíticos, diz Brenda Shaffer, professora da Universidade Georgetown e pesquisadora do Centro de Energia do Atlantic Council.

"A demanda e a oferta de petróleo estão tão próximas que qualquer anúncio ou evento geopolítico acaba superdimensionado", afirma Shaffer.

Os preços do petróleo dobraram —saltaram de uma média de US\$ 40 em 2016 para quase US\$ 80 na semana passada, em decorrência de um acordo entre os membros da OPEP, a Rússia e outros nove produtores para restringir a oferta mundial.

A queda drástica na produção da Venezuela —quase 40% desde 2015— e o consumo aquecido, por conta da volta do crescimento econômico na maior parte do globo, também pressionaram os preços.

Para completar, os Estados Unidos deixaram o acordo nuclear com o Irã, e a volta das sanções sobre o país persa pode reduzir em até 500 mil barris diários a oferta. É pouco diante do consumo diário de 95 milhões de barris, mas, em um mercado com pouco estoque e choques de oferta, suficiente para afetar cotações.

O objetivo do acordo de restrição de produção entre OPEP e Rússia era contrabalançar a imensidão de petróleo de xisto americano que vinha inundando o mercado, que levou os preços a despencarem a partir de 2014. A percepção era que os produtores de petróleo de xisto conseguiriam dar conta das flutuações da demanda, deixando a OPEP em segundo plano.

O mercado passou a ser pautado pela queda de braço entre produtores liderados pela OPEP e produtores americanos de petróleo de xisto.

Se a OPEP cortasse a oferta para elevar os preços, os produtores de petróleo de xisto se aproveitariam dos altos preços para elevar a produção, o que levaria os preços a caírem.

Analistas chegaram a cunhar o termo "lower for lon-ger" (mais baixo por mais tempo) prevendo que o petróleo ficaria na faixa dos US\$ 40 a US\$ 55, por causa do avanço dos carros elétricos, e dos produtores de petróleo de xisto.

Mas o petróleo a US\$ 80 demonstrou que ainda era cedo para decretar a morte da OPEP e dos ciclos de alta. Ao se aliar à Rússia, maior produtor mundial, e mais nove países, a Arábia Saudita e a OPEP mostraram que ainda têm poder para influenciar preços.

O objetivo do acordo era reduzir a oferta em 1,8 milhão de barris por dia, mas os cortes foram além, chegando a 2,5 milhões, influenciados por queda de produção na Venezuela e Angola. Rússia, OPEP e outros países se reúnem no dia 22 de junho em Viena, para determinar o tamanho do aumento da produção.

Precisam de uma sintonia fina, porque a Arábia Saudita quer que o preço se mantenha na faixa de US\$ 60 a US\$ 80.

"O desafio será fazer aumentos pequenos e graduais na produção para manter preços altos; se houver quebra na disciplina, algo que já aconteceu com a OPEP, os preços podem despencar de novo", diz Bill Arnold, professor de Administração em Energia na Universidade Rice.

Na realidade, muitos países, como Venezuela, Angola e México, não conseguiriam aumentar significativamente sua produção, por falta de investimentos em exploração, crises políticas e outros.

A própria Arábia Saudita não pode se dar ao luxo de deixar os preços caírem. Seu déficit do orçamento caiu, de 12,8% do PIB para 7%, mas ainda é alto. O país também precisa de petróleo caro porque planeja abrir o capital da estatal de petróleo, Saudi Aramco.

"A Arábia Saudita está tomando emprestado nos mercados internacionais para financiar seu orçamento; eles não conseguem arcar com o custo de manter os preços mais baixos", diz Charles Doran, professor de Relações Internacionais da universidade Johns Hopkins

Os produtores de petróleo de xisto até conseguem aumentar a produção, mas têm limitações para distribuir por causa da falta de oleodutos.

Por fim, as sanções ao Irã retardam ou impedem a revitalização da indústria petrolífera local, que contava com investimento de multinacionais como a

francesa Total. Há suspensão de investimentos. Para expandir o setor, o Irã precisaria de cerca de US\$ 100 bilhões em investimentos e tecnologia. Dado esse cenário, analistas acham improvável que, mesmo com a ação da OPER o petróleo volte a ser barato como nos últimos 4 anos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Rubens Valente

Título: CVM já questionou Monteiro e fechou acordo de R\$ 200 mil

Executivo prejudicou concorrentes por não divulgar valor de negociação de ativos que vazou para a imprensa

Brasília O novo presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, aceitou pagar R\$ 200 mil à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para encerrar, em setembro passado, um processo sancionador aberto pelo órgão contra ele. O valor foi sugerido pelo próprio Monteiro e aceito pela CVM.

Monteiro era investigado desde 2017 pela CVM, encarregada de fiscalizar o mercado de capitais, por ter deixado de divulgar em um fato relevante da empresa, após vazamento pela imprensa, dos valores em negociação para a venda de 90% de um ativo importante da petroleira, a NTS (Nova Transportadora do Sudeste), um gasoduto com mais de 2 mil km.

Monteiro foi escolhido pelo presidente Michel Temer para presidir a Petrobras após o pedido de demissão de Pedro Parente na última sexta (i°).

Em maio de 2016, Monteiro e era diretor de relação com investidores quando a petroleira negociava a venda da NTS para um consórcio liderado pela canadense Brookfield, parte do programa de privatizações da Petrobras.

No dia 12 daquele mês, o jornal "O Estado de S. Paulo" divulgou, com base em fontes anônimas, que a canadense oferecera US\$ 5,2 bilhões pelo negócio. No mesmo dia, a Petrobras divulgou um fato relevante confirmando a negociação sem mencionar valores.

Segundo a CVM, Monteiro posteriormente também "reafirmou que nenhum valor deveria ter sido divulgado, salientando que o montante final acordado com a Brookfield ["]!"] diferia do apresentado na reportagem".

Em setembro de 2016 a Petrobras anunciou o fim da negociação e reconheceu que o valor final foi de US\$ 5,19 bilhões, quase idêntico ao citado pela reportagem.

Para a CVM, o primeiro fato da Petrobras "foi incompleto, por não conter nenhuma menção aos valores envolvidos, embora essa fosse uma informação relevante e houvesse indícios de que ela havia escapado ao controle da companhia".

Segundo a CVM, não divulgar o valor prejudicou a tomada de decisão de outros possíveis investidores, pois era "muito provavelmente o dado mais importante a ser ponderado". A CVM observou que uma instrução do órgão prevê que a Petrobras poderia ter mantido em sigilo informações sobre valores, porém o mesmo regulamento diz que "a exceção deixa de prevalecer caso a informação escape ao controle".

Para a CVM, a divulgação de fatos relevantes era de responsabilidade do diretor de relação com investidores.

Após análise, a CVM propôs a responsabilização de Monteiro com base no descumprimento da instrução do órgão e da lei que regida as sociedades anônimas. Em seu artigo 157, a lei obriga os administradores de companhias abertas a divulgar qualquer fato relevante que possa influir "na decisão dos investidores do mercado". Monteiro propôs a celebração de um termo de compromisso, pelo qual se dispôs a pagar R\$200 mil para extinguir o processo.

Afirmando que a acusação narrava fatos com "gravidade", o comitê da CVM que analisa os termos de compromisso concluiu pela aceitação da proposta, pois seria "conveniente e oportuna, já que é tida como suficiente para desestimular a prática de atitudes assemelhadas, bem norteadas a conduta dos participantes do mercado de capitais".

A Folha indagou à Petrobras quem arcou com os R\$ 200 mil, mas a estatal não respondeu até a conclusão desta reportagem. A Folha apurou que tem sido uma norma a estatal arcar com pagamentos quando há acordos entre seus executivos com a CVM.

Estatal diz que não houve nenhuma condenação

OUTRO LADO

Em nota, a Petrobras diz que "não houve qualquer condenação da CVM ou reconhecimento de culpa de parte do senhor Ivan Monteiro, tendo a autarquia concordado com celebração de termo de compromisso, procedimento utilizado e previsto em nome, aplicável ao caso". A Folha indagou por que Monteiro não divulgou, na época, o valor em negociação, mas a Petrobras também não respondeu.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Com importação em alta, produção de diesel no país é a mais baixa em 15 anos**

Rio de Janeiro A produção nacional de óleo diesel atingiu no primeiro trimestre de 2018 o pior nível para o mesmo período desde 2003. A retração é resultado de nova estratégia de gestão do refino da Petrobras, que vem sendo criticada por abrir mercado a combustíveis importados.

A Petrobras alega que, dependendo do nível de produção, é mais rentável exportar petróleo cru e importar óleo diesel, considerando que a produção desse combustível gera também derivados que não têm valor de mercado.

A estratégia derrubou o nível de utilização das refinarias brasileiras e tem impacto na balança comercial, já que o diesel importado é mais caro do que o petróleo vendido no exterior. No primeiro trimestre, o Brasil gastou US\$ 1,8 bilhão com a importação do combustível.

Com o congelamento de preços determinado por Temer, o aumento das importações pode também ter impacto no fluxo de caixa da estatal, já que a companhia passará a ser remunerada por um preço de referência estabelecido pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) a cada 30 dias, enquanto o produto importado muda de preço todos os dias.

De acordo com dados da ANP, o país produziu 9 bilhões de litros de diesel no primeiro trimestre, volume 9,2% inferior ao do mesmo período de 2017 e 25% menor do que o recorde atingido em 2013.

A queda se deu em um momento de recuperação, ainda que pequena, das vendas internas do combustível, que cresceram 1,8% no trimestre - a primeira alta para o período desde 2014. Já as importações de diesel atingiram 3,6 bilhões de litros no primeiro trimestre, alta de 5,3% com relação ao ano anterior e o maior desde 2000.

Assim, no primeiro trimestre, a participação de diesel importado nas vendas do combustível no país chegou a 28%, a maior da série histórica e 27% superior à segunda maior, em 2017.

"A empresa está sendo prejudicada", afirma o diretor da FUP (Federação Única dos Petroleiros), Deyvid Bacelar, que já representou os empregados da Petrobras no conselho de administração da estatal. Ao fim do primeiro trimestre, o nível de utilização das refinarias da empresa era de 77%.

A Petrobras defende que o recuo na produção de diesel é parte de uma estratégia de gestão do refino, que prioriza a rentabilidade das operações em vez do volume de produção. E que, em certos casos, é melhor exportar petróleo do que refinar no Brasil.

"Existe um ponto ótimo de refino que gera o melhor resultado", disse em vídeo gravado nesta semana o gerente executivo de Logística do Refino e Gás da Petrobras, Claudio Mastella, aos empregados da estatal.

Segundo ele, a partir desse "ponto ótimo", o refino começa a gerar derivados que valem menos do que o petróleo ou que não têm mercado perto das refinarias, o que aumenta o custo de transporte. "Nessa hora, comparando com a alternativa, que é exportar o petróleo, vence exportar o petróleo", afirmou, dizendo que a decisão considera as condições de demanda e preço do petróleo e dos derivados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Cida Damasco

Título: Volta ao "normal"?

Os brasileiros entraram no feriadão com a esperança de que na segunda-feira tudo voltaria à rotina. Bendita rotina. Ansiedade compreensível para quem passou quase duas semanas sem saber se haveria combustível para encher o tanque do carro ou do ônibus e se os supermercados estariam abastecidos. Aos poucos caminhoneiros voltaram às estradas, petroleiros desistiram da greve, enfim tudo rumo à normalidade.

A saída de Pedro Parente do comando da Petrobrás na sexta-feira, contudo, mostra que a instabilidade não dá trégua. De 2013 para cá, o anormal é o novo normal. Quem imaginou que apresentar a fatura do aumento de preços do diesel serviria para "conscientizar" a população de que concessões têm preço, e contribuiria para conter pressões, acabou se frustrando.

Tudo indica que muitos leram o recado de outra forma: por que não mudar a política de preços e seu executor em vez de sacrificar gastos sociais, benefícios a exportadores e a vários setores industriais? O ato seguinte foi a queda do presidente da empresa, o que os mercados temiam e o próprio Temer vinha negando - naquele estilo que os políticos tomam emprestado do futebolês, com uma mensagem do tipo "o técnico continua prestigiado".

O resultado não poderia ser outro. Com a saída de Parente e as incertezas sobre o futuro da Petrobrás, as ações da empresa tiveram um baque de 15% na sexta-feira, solapando R\$ 40 bilhões do seu valor de mercado. A expectativa agora é

qual será o impacto nos pregões da escolha do ex-diretor financeiro Ivan Monteiro para suceder Parente. É verdade que Monteiro é bem visto pelos mercados desde sua atuação no Banco do Brasil. Mas as dúvidas não se esgotam nesse ponto.

O governo se move num terreno estreito, tentando conciliar sinais aos investidores de continuidade na gestão da Petrobrás, como foi o caso do aumento da gasolina no sábado, e garantias de alívio aos consumidores, com a extensão de mecanismos de amortecimento dos reajustes também para gasolina e gás de cozinha. Os mercados "entenderão" que, mesmo com esses arranjos, a política de preços da Petrobrás continua a mesma?

Persistirão as tentativas de ingerência política também no leilão de barris excedentes do pré-sal, reveladas em reportagem do Estadão? As pressões sobre o governo ficarão delimitadas ao setor de combustíveis ou esse é apenas o começo? Há fôlego para novas manifestações nesta semana, como corria nas redes sociais? Considerando que o cenário-base é de que o governo se arraste até as eleições, o tranco na Petrobrás terá pelo menos quatro grandes desdobramentos nesse interminável fim de mandato de Temer.

O primeiro é que a ala política do Planalto e a base parlamentar ganham peso na gestão da economia. Com cacife formal de **ministro das Minas e Energia o "conselheiro" Moreira Franco** teria sido o maior crítico de Parente e agora ganha ainda mais espaço com o comando das discussões sobre mudanças na política de preços de combustíveis. A segunda conclusão, derivada da anterior, é que a equipe econômica perde protagonismo.

Na crise, seus integrantes pareceram mais observadores do que participantes das decisões. Há também uma avaliação geral de que o controle fiscal fica em segundo plano, apesar do empenho do governo de demonstrar que, a cada nova despesa, será feito um corte de gasto correspondente. Dificilmente esse "amplia aqui, reduz lá", como foi anunciado para cobrir os subsídios de R\$ 13,5 bilhões do diesel, será suficiente para manter o estrito cumprimento do Orçamento, caso as concessões se ampliem muito.

Está cada vez mais claro que a vulnerável situação fiscal da economia poderá desandar já no ano que vem ou no seguinte - atropelando o teto de gastos e a regra de ouro, por exemplo. O quarto e último desdobramento diz respeito a quem vier depois de Temer. Não dá mais para contar, como se acreditava, com um início de governo marcado por atividade econômica em alta e quadro fiscal "acomodado". Também não dá mais para chegar ao Planalto com aquele desgastado discurso de ataque à herança maldita e/ou promessa de "milagre" só com a mudança de expectativas. Tem de ser rápido e certo. Aos leitores: nas próximas duas semanas estarei ausente. Até a volta, no dia 25 de junho.

CIDA DAMASCO É JORNALISTA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Mesma língua.

Coluna do Estadão

Quem já conviveu com o novo presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, diz que ele é mais maleável do que Pedro Parente e não baterá de frente com o governo. Prova disso é que sobreviveu a dois chefes na petroleira.

» Gênio.

No auge da crise de desabastecimento, o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima, causou “vergonha alheia” nos colegas ao sugerir, em reunião de líderes, cortar combustível dos carros de serviço do poder público.

» O único.

O ministro Alexandre de Moraes, que determinou multa aos caminhoneiros grevistas que obstruíram estradas, diz não ter sido afetado pela greve. “Eu vou de casa pro gabinete, do gabinete pra casa. O tanque cheio dura um ano.”

COM NAIRA TRINDADE. COLABOROU BRENO PIRES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Camila Turtelli, Clarice Couto, Gustavo Porto

Título: Indústria de biodiesel pede isonomia tributária

Coluna do BroadcastAgro

A indústria de biodiesel espera a isonomia de tributos e do reembolso dado pelo governo aos produtores de diesel de petróleo e à Petrobrás, após a redução do PIS/Cofins sobre o combustível fóssil. As medidas foram anunciadas para encerrar a greve de caminhoneiros e garantir o desconto de R\$ 0,46 por litro vendido nos postos. O setor lembra que a lei 11.116, de 2005, proíbe a cobrança maior de tributos sobre biodiesel. Por enquanto, segundo associações do setor, a compensação financeira nem sequer foi apresentada a produtores. Sem a desoneração e a compensação tributária, eles temem o fracasso do leilão

bimestral para a aquisição de biodiesel nesta semana. **O Ministério de Minas e Energia** informou que cumprirá a lei, mas não explicou como reembolsará produtores.

» **Compensação.** Por outro lado, produtores comemoram a liberação do abastecimento com 100% de biodiesel em veículos de frotas cativas, como ônibus urbanos. A medida minimiza outra, adotada semana passada, que autorizava o uso do diesel de petróleo puro. Por lei, o diesel vendido nos postos tem mistura de 10% de biodiesel.

» **Fantasma.** Além de os bloqueios nas estradas terem comprometido a produção e o escoamento das mercadorias e de o governo ter reduzido o Reintegra, mecanismo de compensação de impostos, as principais entidades do agronegócio temem bancar mais uma parte do rombo bilionário nas contas públicas criado pela redução de tributos sobre o diesel. Nas conversas entre lideranças do setor, ressurgiu o fantasma de que o governo retome a proposta de taxar exportações agropecuárias para compensar a receita perdida com a paralisação.

» **Quero gasolina.** O etanol corre o risco de perder espaço para a gasolina nas primeiras semanas após a greve dos caminhoneiros. No mercado, a avaliação é de que os consumidores, temendo novas paralisações e o consequente desabastecimento, podem trocar o biocombustível hidratado, utilizado diretamente nos tanques dos veículos flex fuel, pela gasolina, que tem maior rendimento nos tanques e dá autonomia para os veículos rodarem mais. O preço mais alto ficará em segundo plano.

» **Leite em questão.** A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) proporá mudanças nas portarias publicadas em abril pelo Ministério da Agricultura sobre padrões de qualidade do leite, em fase de consulta pública. Pelas regras, indústrias devem interromper a coleta do leite na propriedade que apresentar, por três meses seguidos, qualidade inadequada na contagem de bactérias do leite cru refrigerado. A CNA quer da indústria um plano de manejo de ordenha e resfriamento para o produtor se adaptar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: 'Chegou a hora da intervenção civil no governo'

Direto da Fonte

Jurista rejeita partidos, descarta se candidatar e prega o fim do ‘profissionalismo político’

Modesto Carvalhosa está empenhado em, como ele próprio coloca, “quebrar a substituição de um político profissional por outro”. Para o jurista, até a crise desencadeada pela greve dos caminhoneiros foi uma contestação contra a autoridade constituída, “por força da arrogância da Petrobrás”. Ele defende que os detentores de mandatos renunciem em favor de uma “intervenção civil”.

E aqueles que procuram manter os cargos para se blindar contra a Lava Jato? “Querem adiar uma realidade que vai acontecer de qualquer maneira, até através do Supremo. Estão perdidos”, sentencia. Suas ideias mais recentes estão no livro *Da Cleptocracia À Democracia em 2019: Um Projeto de Governo e de Estado*, que será lançado na próxima segunda-feira, dia 11, em São Paulo.

No trabalho, o advogado tece uma análise do cenário político atual e elabora propostas visando tirar o Brasil da crise. “Como ninguém faz nenhuma proposta pra um projeto de governo, de alteração da Constituição, de nada, resolvi tomar essa providência”, explicou em entrevista a Paula Reverbel. A seguir, os principais trechos.

O que o motivou a lançar mais esse livro?

Como ninguém faz nenhuma proposta pra um projeto de governo, de alteração da Constituição, de nada, eu resolvi tomar essa providência como cidadão no sentido de realmente fazer um projeto de Estado, para conseguir tirar o País da atual cleptocracia, (e levar) para um mundinho democrático já em 2019.

O sr. chegou a cogitar disputar a Presidência na eventualidade da queda de Temer e de convocação de eleições indiretas...

Exatamente. Um grupo de advogados pediu que eu assumisse, para se ter um candidato da sociedade civil que pudesse trazer uma nova proposta fora do esquema político. Era uma proposta de ter alguém fora da política pra poder arbitrar uma nova Constituição, novas propostas para o País, que é o que está aqui nesse livro que eu escrevi. Eu defino saídas muito interessantes, que eu espero que ainda deem certo uma hora qualquer. Como essa ideia de quebrar o profissionalismo político, quebrar aquela substituição de um político profissional por outro.

Uma eleição indireta poderia contar com candidatos sem filiação partidária, certo?

Não tinha necessidade. Na Constituição, não está prevista nenhuma filiação partidária por eleição indireta para substituição do presidente da República.

Qualquer pessoa, qualquer cidadão poderia se apresentar, independentemente de partido, não havia nenhuma restrição constitucional pra eleição indireta pra substituição do Temer, se ele caísse.

Ainda rejeita a ideia de se filiar a alguma legenda que já existe?

Eu não me filiei a nenhuma, fiz questão de não me filiar. Acho que represento a ideia de uma sociedade civil que não quer se filiar a esses partidos que estão aí e que são realmente comprometidos com a corrupção. A não ser o partido Novo – e estão surgindo aí mais alguns poucos – os restantes são comprometidos com a corrupção. Então eu sou apartidário.

Está descartada a ideia de o sr. disputar eleições futuras?

Não tenho nenhuma pretensão de assumir nenhum cargo. Sou eleitor, não sou candidato a nada. Quis esboçar um pouco a possibilidade – que já existe – de candidatura independente, conforme está no Tratado de São José Costa Rica. Ele determina que todo cidadão das Américas pode se candidatar, independentemente de partidos. E esse tratado foi aprovado pelo Brasil e se impõe à própria Constituição Brasileira. O ministro (Luís Roberto) Barroso vai colocar em pauta essa matéria, talvez antes das eleições.

Espera que o STF permita nomes independentes já nestas eleições?

Um requisito da democracia é que, ao lado de candidaturas partidárias, existam as candidaturas independentes.

O sr. participou dos protestos pelo impeachment e depois virou crítico do governo Temer.

Foi uma decepção o governo dele, que prosseguiu no grande esquema da corrupção.

Tinha esperança de que o sucessor de Dilma seria diferente?

Naquela época, eu tinha esperança de que ele fosse um verdadeiro chefe de Estado, no sentido de que teve condições culturais e tudo isso... Um constitucionalista, um homem que conhecia as questões de Estado. Poderia convocar um ministério de primeira ordem, propor reformas pra valer e enquadrar o Congresso, inclusive com essa reforma necessária pra sair da crise. E ele infelizmente colocou no ministério aquela bandidagem toda. Alguns estão presos, outros ainda estão lá no governo. Uma decepção total.

A crise do desabastecimento estava diretamente relacionada à política de preços da Petrobrás. Qual sua opinião?

É uma questão ciclotímica. A Petrobrás, de uma empresa inteiramente corrompida, passou a ser uma empresa que está acima do próprio mercado.

Como assim?

Se há aumento do petróleo, dos derivados, a sociedade é que tem que pagar, no próprio dia em que isso aumenta. A Petrobrás já transfere esse aumento à população e mantém o seu lucro. É uma forma perversa, transfere para sociedade todo ônus de um aumento internacional. Isso mostra o absurdo de uma empresa estatal. Em regime de livre concorrência, jamais aconteceria isso. Parte dos prejuízos seriam absorvidos pelas próprias empresas. Mas a Petrobrás quer que a sociedade pague toda a diferença. Essa crise – que, muito além da própria greve dos caminhoneiros, foi uma crise política – é uma contestação da própria autoridade constituída por força da arrogância da Petrobrás. Então você vê que a ela não tem jeito, ou é canibalizada pelo PT, ou se torna a inimiga pública n.º 1. A população apoiou os caminhoneiros, apesar de sofrer danos diários e pessoais nessa greve.

O que achou do desdobramento da Lava Jato sobre doleiros?

Ah, mostra o tamanho da corrupção no Brasil, que abrange toda a classe política praticamente. Quer dizer, não é (só) PT... E esses doleiros vão dar dimensão da promiscuidade entre determinados setores empresariais beneficiados pelo esquema de corrupção, os políticos e os agentes públicos envolvidos.

E membros da sociedade que usavam os doleiros?

Mostram que a nossa elite é totalmente comprometida com a criminalidade, né? Por isso que o Brasil é um país de terceiro mundo.

Temos visto, no STF, discussões, decisões conflitantes... O que acha dos bate-bocas entre Barroso e Gilmar?

É, eu entrei com um pedido de impeachment contra o Gilmar Mendes... Agora, eu acho que o STF perdeu muito de sua legitimidade na medida em que tem, na sua composição, juízes que são efetivamente partidários da impunidade. Nós temos no STF dois partidos: o contra a impunidade, que tem seis ministros, e o a favor da impunidade, com cinco. Perdeu sua homogeneidade no plano da capacidade de julgar de uma maneira objetiva, a favor do interesse público, etc. O protagonismo é muito interessante.

O protagonismo?

Tivemos primeiro o protagonismo do Poder Executivo com a Dilma, foi aquele desastre. Depois o protagonismo do Legislativo com Eduardo Cunha, aquele

desastre. Em seguida, o protagonismo do STF com aquele Gilmar Mendes, que é um desastre. Agora nós estamos vendo que o protagonismo está indo para as Forças Armadas, né? Então nós estamos no momento com quatro protagonistas nessa crise.

O que acha desse momento?

Ao invés de haver uma convocação do Exército, deveríamos ter uma convocação da sociedade civil. Uma intervenção civil no governo. Ou seja, o Temer deveria renunciar, deveria haver a eleição de uma pessoa representativa da sociedade. Para fazer com que comecemos a mudar todo esse plano eleitoral, a questão da relação dos agentes públicos com o setor privado. Acabar com os privilégios do setor público.

Alguns dos que ocupam cargos públicos têm medo de deixar o mandato e serem abatidos pela Lava Jato...

Querem adiar uma realidade que vai acontecer de qualquer maneira, até através do Supremo. Estão perdidos. Para o Brasil, é a hora de parar tudo e começar de novo. Sem golpe militar. Os militares não estão interessados nisso. A outra via que temos é se aparecer um populista – de direita ou de esquerda.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Dependência do Estado

O apoio popular à greve dos caminhoneiros, particularmente à demanda por redução do preço do óleo diesel – o que necessariamente tem de ser bancado com recursos do Estado, por meio de subsídio –, mostra a persistência de uma mentalidade estatista em grande parte da sociedade brasileira.

Por mentalidade estatista entenda-se a presunção de que o Estado tem de ter a capacidade de oferecer tudo a todos, como se os recursos à sua disposição fossem infinitos.

A Constituição de 1988 reflete claramente essa visão, pois, a título de restabelecer direitos sociais depois da ditadura militar, onerou o Estado de tal maneira que hoje a única solução para manter sua solvência é por meio de profundas reformas constitucionais – das quais muito pouca gente quer ouvir falar.

Têm prevalecido até aqui, às vezes com mais vigor, como agora, os interesses das corporações e dos grupos organizados da sociedade, sempre em detrimento da maioria desorganizada – que tem sido incapaz de perceber o quanto tal estado de coisas lhe custa.

É como se o dinheiro administrado pelo Estado, fruto da arrecadação de impostos de todos os brasileiros, não fosse público, mas sim do governo – que, conforme esse raciocínio, distribui os recursos segundo critérios misteriosos, incompreensíveis ou, quase sempre, suspeitos.

Nesse contexto, a muitos cidadãos, para os quais a política é uma atividade insondável e distante – quando não intrinsecamente corrupta –, não parece restar alternativa senão esperar que o governo também lhes premie com alguma benesse, quando o certo seria inteirar-se de como o dinheiro público é arrecadado e distribuído para, assim, ter condições de opinar sobre sua melhor destinação.

Se o vigor de uma democracia se mede, entre outras coisas, pela capacidade que a sociedade tem de determinar como o Orçamento público é gerenciado, então vai mesmo mal a democracia brasileira. Não se constrói esse estado de coisas da noite para o dia.

Trata-se de um longo processo de controle da política por grupos de interesse muito distantes dos cidadãos comuns, para os quais somente os privilegiados e os corruptos parecem ter acesso garantido aos recursos estatais. Não à toa, há uma sensação generalizada de descrença na política – sendo que o vigor do populismo, à esquerda e à direita, é seu natural corolário.

Assim, a mentalidade estatista – a dependência desmedida do Estado e de seus agentes – que hoje parece predominar no País não resulta apenas, nem principalmente, de ignorância, mas sim da sensação de que os recursos estatais foram monopolizados por uma corte de corruptos e parasitas, restando ao cidadão comum esperar que lhe caiba ao menos alguma migalha – na forma, por exemplo, de subsídios e dos chamados “direitos sociais”.

Recorde-se que, nos grandes protestos de 2013, se reivindicava o barateamento da tarifa de ônibus, e, ao mesmo tempo, exigiam-se serviços públicos “padrão Fifa” – em alusão à excelência dos serviços da Copa do Mundo que se avizinhava. Pouco adiantou argumentar que o subsídio para manter baixa a tarifa tiraria recursos de outros setores, tornando o atendimento estatal ainda mais precário.

Passados cinco anos, tal situação persiste: a Prefeitura de São Paulo, por exemplo, anunciou que o subsídio da tarifa de ônibus – sem o qual a passagem

saltaria de R\$ 4,00 para R\$ 6,66 – aumentará para R\$ 2 bilhões e sacrificará outras áreas, como zeladoria. É provável que o paulistano que hoje exige preço baixo para a tarifa de ônibus acabe mais tarde se queixando das ruas sujas e esburacadas, como se uma coisa nada tivesse a ver com outra.

Mas muitos cidadãos têm dificuldade de enxergar essa relação porque, para eles, o dinheiro existe sim – dá em árvores e só não aparece porque é roubado por políticos corruptos ou engorda funcionários públicos privilegiados. E como condenar tal opinião, quando a Câmara Municipal de São Paulo, no momento em que se apertam os cintos, resolve dar gratificação de até R\$ 16 mil para servidores daquela Casa?

Ao ver funcionários municipais ganhando até R\$ 40 mil de salário, muito acima do teto constitucional do funcionalismo e a despeito da crise, o contribuinte dificilmente deixará de concluir que os governantes que pedem mais sacrifícios ao povo só podem estar de brincadeira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vera Rosa / BRASÍLIA

Título: Governo estuda 'seguro' para gasolina

Objetivo é impedir variações bruscas no preço do combustível; sistema usaria regime diferenciado de tributação, que faria compensações

O governo quer reduzir o preço da gasolina e do gás de cozinha até o próximo mês, mas garante que não haverá interferência no modelo de reajuste de preços dos combustíveis praticado pela Petrobrás. Com apelo popular, a quatro meses das eleições, a medida já é batizada como "política para o consumidor" e prevê uma espécie de "seguro" para evitar que reajustes sejam repassados totalmente à população até o fim do ano.

Com receio de que novos protestos e cobranças batam à porta do Palácio do Planalto, na esteira da greve dos caminhoneiros, o governo tenta agora impedir que novos aumentos nos preços da gasolina e do gás virem uma crise incontrolável. O movimento dos caminhoneiros expôs a fragilidade do presidente Michel Temer e as pressões políticas sobre a Petrobrás culminaram com a saída do então presidente da companhia, Pedro Parente, substituído por Ivan Monteiro.

O núcleo político do governo e a cúpula do MDB pressionam Temer por medidas de maior impacto para enfrentar a crise neste ano eleitoral, marcado por uma sucessão de reveses e desgastes para Temer. Tudo está sendo planejado,

porém, para evitar a leitura de que o Planalto quer intervir na Petrobrás. "Não há incompatibilidade entre o governo ter uma política de preços para os combustíveis e as empresas terem a dela. Isso é o que se faz no mundo todo", disse ao Estado **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**.

"As empresas competem no mercado e cuidam dos seus resultados, mas o governo cuida das pessoas. O que precisamos é garantir previsibilidade para que todos possam se organizar", completou ele. Seguro. A ideia é criar uma espécie de "seguro", no qual o governo estima um valor médio para a cotação do barril de petróleo. A partir daí, entraria em cena um regime diferenciado de tributação, que faria compensações para cima e para baixo, de acordo com a variação do preço estipulado para o produto.

Para que esse modelo funcione, a equipe de Temer tentará fazer um acordo com os governadores, no intuito de que todos reduzam a carga do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o preço final para o consumidor. Na avaliação do ministro, a tributação sobre os combustíveis "não é saudável" para os Estados e precisa ser rediscutida. O Planalto se refere ao novo regime, em estudo por um grupo de trabalho, como "plano de transição", para ser ou não referendado pelo próximo presidente da República.

Na prática, a ala política do governo, liderada por Moreira Franco, vem cobrando há tempos uma posição mais pragmática de Temer sobre a política de combustíveis. No diagnóstico do ministro, não basta reduzir em R\$ 0,46 o litro do óleo diesel nem congelar o preço do produto por 60 dias para atender os caminhoneiros. A percepção interna é de que o governo precisa assumir um programa de maior envergadura para mostrar que não está de braços cruzados diante da crise. Há, no entanto, dúvidas sobre o modelo a seguir, principalmente na área econômica.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renata Batista/RIO

Título: Produção de diesel de janeiro a abril é a menor em 15 anos

A produção de diesel no País no primeiro quadrimestre foi a menor para o período em 15 anos, segundo relatório da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). De janeiro a abril foram produzidos 12,367 bilhões de litros, 8% menos que em igual período do ano passado. As refinarias da Petrobrás, que respondem por 99% da produção de derivados, entregaram 12,224 bilhões de litros de diesel nos quatro meses.

Em igual período, a produção de gasolina foi de 7,902 bilhões de litros, 11% menos do que no mesmo intervalo de 2017. Foi a menor produção para o período desde 2011. Nas refinarias da Petrobrás a queda foi de 6%, para 32,573 bilhões de litros. Não à toa, em vídeo distribuído aos funcionários em seus últimos dias à frente da Petrobrás, Pedro Parente respondeu às críticas sobre a produção de derivados e sobre o aproveitamento da capacidade de refino.

Ele declarou não ser responsável pela "carga das refinarias" e disse que não saberia como estabelecer isso. "Não tenho esse poder. Nem saberia fazer". O assunto também foi abordado em vídeo pelo gerente executivo de logística da companhia, Cláudio Rogério Linassi Mastella. "Nossas refinarias têm capacidade de transformar petróleo em derivados mais valiosos, mas existe um ponto ótimo.

A partir de um determinado ponto começamos a gerar derivados que valem menos ou que não têm mercado perto de onde produzo, e começo a gerar custos de transporte". A queda mais significativa na produção de diesel ocorreu em janeiro e fevereiro, quando a média mensal foi 16% menor que a média de um ano antes. Em março, a produção voltou ao patamar médio mensal praticado em 2017, mas ainda cerca de 10% abaixo da verificada nos últimos anos.

Por outro lado, a importação é crescente. No caso do diesel, no primeiro trimestre foram importados 3,672 bilhões de litros, 30% mais ante igual período de 2017, quando já havia sido 86% superior ao de 2016. Na gasolina, a importação caiu 20% no primeiro trimestre ante 2017. Em igual período do ano passado, porém, a importação do derivado foi 164% maior que em 2016, ou seja, a base de comparação prejudica essa análise.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Setor fará balanço da crise de combustível

Distribuidoras vão discutir impacto da greve com **Minas e Energia** e ANP

As maiores distribuidoras de combustíveis vão discutir hoje com o governo o impacto da greve dos caminhoneiros, que durou dez dias e deixou milhares de postos secos. O balanço da crise será feito por teleconferência entre a Plural, entidade que reúne a BR (da Petrobrás), Raízen (joint venture de Cosan e Shell) e Ipiranga (do Ultra), representantes do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis (ANP).

Pressionadas pelo governo, que determinou a redução de R\$ 0,46 do litro do diesel nas bombas, as distribuidoras tentam negociar mais prazo para que o repasse integral seja feito. Para Leonardo Gadotti, presidente executivo da Plural, é preciso mais 15 dias para que todos os Estados se ajustem, lembrando que a cobrança da alíquota de ICMS varia em cada Estado (de 12% a 18%). Na semana passada, a Plural alegou que a redução integral nas bombas seria de R\$ 0,41, uma vez que o governo não colocou na conta os 10% de mistura de biodiesel que são misturados ao diesel.

O argumento da entidade é que o biodiesel não teve os impostos reduzidos. A declaração criou um mal-estar com os produtores do biocombustível. Ao Estado, Erasmo Carlos Battistella, presidente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio), disse que o setor não é "empecilho para que o repasse integral seja feito", alegando que o ICMS incide sobre o preço final do produto. Gadotti afirmou que as declarações não tinham como alvo responsabilizar os produtores de biodiesel por essa diferença no valor final e que o setor apoia os biocombustíveis. ANP.

Tanto as distribuidoras de combustíveis como a Aprobio estão preocupadas com a possibilidade de a ANP não revogar a decisão emergencial adotada durante a greve dos caminhoneiros. A agência flexibilizou a mistura de etanol na gasolina (de 27% para 18%) e a do biodiesel no diesel (de 10% para zero) com o objetivo de evitar o desabastecimento.

A agência também suspendeu a exigência de que postos comprem combustíveis de suas respectivas distribuidoras. O setor de biodiesel tem sua expansão respaldada na mistura do produto ao combustível fóssil. Em 2017, a produção foi de 4,3 bilhões de litros – este ano deve atingir 5,4 bilhões de litros. O setor faturou R\$ 9,9 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Estoques serão repostos nos próximos dias

As distribuidoras de combustíveis preveem que o abastecimento esteja normalizado em todo o País até o fim de semana, incluindo a reposição de estoques. De acordo com Leonardo Gadotti, presidente da Plural, que reúne a BR, Raízen e Ipiranga, praticamente todos os postos foram reabastecidos, mas nem todos estão com armazenamento extra.

Esses estoques, segundo ele, serão recompostos nos próximos dias. A Plural representa 25 mil postos de um total de 40 mil no País. "Conseguimos

responder rápido à crise e estamos atendendo as nossas bases de distribuição (carregamento) de Norte a Sul do País", afirmou o executivo.

Bombas secas. Nem todos os postos de combustíveis da região metropolitana de São Paulo estão com combustíveis, segundo o presidente do Sindicato de Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Gouveia. "Muitos dos postos que recebem combustíveis secam rápido. A demanda tem sido grande. Nem todos estão com estoques suficientes." A expectativa é de que a situação se normalize nos próximos dias. Há 2,9 mil postos na capital e Grande São Paulo. /M.S.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: 'Governo deve evitar medidas populistas'

Entrevista

Rubens Ometto Silveira Mello, fundador e presidente do conselho de administração do grupo Cosan

Empresário acredita que pequenos ajustes podem ser feitos na Petrobrás, mas defende a economia de mercado

O empresário Rubens Ometto Silveira Mello, fundador e presidente do conselho de administração do grupo Cosan (sócio da Raízen, Comgás e ALL), vê com preocupação a possibilidade de o governo passar a adotar medidas intervencionistas na economia e também na gestão da Petrobrás. O executivo Pedro Parente renunciou, na manhã de sexta-feira, ao cargo na estatal – Ivan Monteiro, diretor financeiro da petroleira, assumiu o posto. Ometto acredita que pequenos ajustes devem ser feitos na Petrobrás, mas sem afetar diretamente a gestão. "Sou a favor da economia de mercado. Decisões populistas podem agradar no curto prazo, mas não são eficientes" A seguir, os principais trechos da entrevista.

A saída de Pedro Parente preocupa?

Pedro Parente foi muito importante para a Petrobrás. Acredito que o Pedro quis deixar o governo à vontade para fazer o que tinha de fazer. Não sei se ele concordaria com mais intervenção política. Acho que algumas pequenas adaptações precisam ser feitas, mas sem prejudicar a Petrobrás. Se vier uma política de intervenção na Petrobrás ou mesmo na economia, será um desastre. Espero que (o governo) não esteja nesta direção.

Que pequenas adaptações têm de ser feitas?

Esses ajustes talvez passem por reajustes (de preços dos combustíveis) mensais para dar mais previsibilidade, como é feito no gás, por exemplo. Mas tudo isso sem prejudicar a Petrobrás.

O nome de Ivan Monteiro agrada ao mercado?

Acho muito bom.

O governo não soube conduzir a crise na greve dos caminhoneiros?

Ninguém estava preparado. Essas coisas acontecem e fazem parte da vida democrática. Poderiam ter tomado medidas antes... Mas em uma semana o governo resolveu. Talvez tenham alguns erros de discursos porque não conhecem necessariamente a tecnicidade do setor energético no Brasil. Acho errado o movimento de aproveitadores que usam o momento de forma oportunística.

Qual a lição que fica desta crise?

Acredito em economia de mercado. Sou contra o populismo. Minha preocupação é de não ir na onda oportunística. O que o governo anterior estava fazendo com a Petrobrás e empresas públicas era um absurdo. É fácil ser populista. A curto prazo, as medidas parecem boas, mas engana todo mundo.

A atual crise muda a corrida eleitoral em outubro?

Este episódio vai ser bom para saber o que cada um (dos pré-candidatos) pensa. Agora, cada um deles vai ter de mostrar a cara. Todo mundo é contra a reforma da Previdência. Mas como é que faz? Se forem parar para pensar, as reformas têm de ser feitas para reduzir as despesas e, depois, os impostos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Renato Souza

Título: Fim da greve na estrada, início das fake news no celular

A greve dos caminhoneiros, que parou o país por 11 dias, chegou ao fim após negociações com o governo federal. Com o movimento encerrado, grupos de WhatsApp que eram usados para combinar as manifestações se tornaram fábricas de notícias falsas. Os boatos envolvem a legislação, decisões judiciais e incitam que a categoria volte a fechar rodovias. A mensagem mais compartilhada “revela” que, durante o fim de semana, milhares de caminhões

seguiram para Brasília. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que não registrou nenhum tráfego incomum de caminhões nas vias que dão acesso à capital.

O Correio entrou em um dos grupos de WhatsApp, criado para mobilizar caminhoneiros do Rio de Janeiro, mas que reúne motoristas de todo o país. Com 233 participantes, a reportagem acompanhou as mensagens durante dois dias. A mensagem com maior disseminação está relacionada a uma suposta volta da greve. No texto, está a promessa de levar 50 mil caminhoneiros para protestar na capital federal. De acordo com a publicação, o local de encontro dos manifestantes no Distrito Federal é o estacionamento do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

Vídeos e fotos de desconhecidos em frente aos veículos de carga são usados para persuadir os integrantes a rumar até o Planalto Central. A maioria das imagens foi gravada à noite, o autor do vídeo não se identifica e não é possível ver com clareza o local exato onde ocorreu a gravação. Entre as publicações que fortalecem os boatos, algumas chamam atenção. Elas oferecerem pacotes com perfis fakes para propagar as informações inverídicas.

De acordo com uma das propostas, um pacote com mil perfis fakes sai por R\$ 150. Com R\$ 850, é possível adquirir 8 mil contas falsas, que podem ser usadas para aumentar o número de seguidores nas redes sociais ou visualizações em vídeos publicados na internet. O mesmo internauta oferece o serviço de falsificação de documentos, como CNH e cartão de crédito.

A força dos boatos preocupa o governo, que decidiu manter os encontros diários para avaliar a situação. O ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, afirmou os possíveis impactos dos boatos estão sendo analisados. “Nossas reuniões e os acompanhamentos continuam. Estamos verificando quais são as consequências dessa eventual mobilização convocada para amanhã, mas sem nos preocuparmos a ponto de novo alarde, obviamente há de que se acompanhar. O governo não lida com boatos, com mentiras e imprecisões”, afirmou.

Intervenção

Ontem, no Mané Garrincha, havia 15 caminhões estacionados. Além disso, cerca de 20 motociclistas, cinco vans do transporte escolar e um grupo que clama por uma “intervenção militar” também se reuniram no local. A todo momento os caminhoneiros se reúnem em círculo, em formato parecido com as entrevistas coletivas de imprensa. No centro, um caminhoneiro, rodeado de pessoas com celulares que gravam os vídeos, que em questão de minutos, serão difundidos na internet. Um deles é o motorista Wallace Landim, conhecido como “Chorão”, de 39 anos. Ele é apontado como um dos líderes dos

caminhoneiros autônomos e seus vídeos chegam a 4 milhões de acessos. “Estamos convocando todos para parar Brasília. Não teve acordo com o governo. Esse acordo não foi feito por quem nos representa”, diz ele para um grupo de 30 pessoas.

Questionado sobre como está a mobilização e qual seria o horário do protesto, ele confessa que muitos caminhoneiros podem não chegar ao Distrito Federal. “Nós estamos chamando motoristas de todo o Brasil pelo Facebook e pelo WhatsApp. Temos virtuais em todos os estados. Eles estão com dificuldade de chegar até aqui, muito por conta da distância. Não temos horário marcado para ir ao protesto, mas vamos até a Esplanada”, completa.

“Verificamos quais as consequências dessa eventual mobilização, mas sem nos preocuparmos a ponto de novo alarde. Obviamente há de que se acompanhar. O governo, porém, não lida com boatos, mentiras e imprecisões”
Sérgio Etchegoyen, ministro do GSI

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Renato Souza

Título: Exército sai das rodovias hoje

O governo federal decidiu não renovar o decreto que estabeleceu estado de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em todo o país, no auge da greve dos caminhoneiros. A medida foi tomada para dar poder de polícia aos militares das Forças Armadas e permitir que as tropas atuassem na desobstrução das vias em todas as rodovias do Brasil. O Exército mobilizou 100 mil homens, que ficaram à disposição para eventual necessidade. O decreto está em vigor desde 25 de maio e poderia ter a validade prorrogada, de acordo com o interesse do presidente Michel Temer.

O ponto mais polêmico do decreto é o que autorizou que militares dirigissem os caminhões que tivessem estacionados em acostamentos ou nas faixas de rolamento das rodovias. Essa ação seria colocada em prática caso o dono do veículo se recusasse a liberar o local solicitado. A prioridade do contingente das Forças Armadas durante a greve foi levar combustível para abastecer serviços considerados críticos, como ambulâncias, viaturas policiais e aeroportos.

Mas não foi descartado o uso da força para dispersar manifestantes. Isso ocorreu em algumas cidades de Goiás e da região Norte, sem deixar feridos. O uso da força contra os atos relacionados ao protesto dos caminhoneiros foi

chancelado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Em decisão tomada quando o decreto entrou em vigor, Moraes autorizou, além da remoção forçada, a aplicação de multa de até R\$ 100 mil para entidades e de R\$ 10 mil, para motoristas que se recusem a retirar os veículos dos locais determinados.

Com a desmobilização dos caminhoneiros, os interlocutores de Temer não vêem necessidade de manter a medida em vigor — o que não impede que uma decisão semelhante seja tomada novamente. Antes mesmo de o documento ser publicado, o Exército iniciou a mobilização das tropas que ocupam as ruas de diversos estados em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Nos municípios e vias estaduais, a desmobilização ficou a cargo da Polícia Militar. Também foi permitido, mediante autorização presidencial, que o efetivo das forças de segurança dos estados passassem para o controle dos órgãos federais que coordenam a ação.

A decisão de não estender a validade do decreto foi tomada na manhã de ontem, em uma reunião no Palácio do Planalto. Participaram do encontro o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, o Almirante Ademir Sobrinho, Estado-Maior, Daniel Sigelmann, secretário executivo da Casa Civil, Herbert Drummond, secretário executivo do Ministério dos Transportes, Claudenir Brito, secretário executivo do Ministério da Justiça, **Márcio Félix, secretário executivo do Ministério de Minas e Energia** e Jorge Rachid, secretário da Receita Federal. “Neste momento, não há nenhum elemento que sugira prorrogação da GLO”, afirmou Etchegoyen.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Bruna Lima

Título: Brasilienses voltam à rotina após a greve

A greve dos caminhoneiros acabou e os impactos causados pelos bloqueios das vias, aos poucos, são contornados. Com o tanque abastecido e despensa cheia, o brasiliense começa a voltar à rotina esta semana. Por trás da normalização, no entanto, ainda resta dúvida se outras paralisações devem acontecer no país.

A maior preocupação de Suelmo Mônaco da Silva, 59 anos, é com os combustíveis. Morador de Valparaíso (GO), o trabalhador autônomo do ramo alimentício precisa fazer entregas de produtos a mercadinhos e mercearias de Brasília e região do entorno. Por isso, ele encheu os tanques dos dois veículos que possui, uma caminhonete e um carro de passeio, para começar a semana a todo vapor. “Meu grande problema é garantir a locomoção. Ouvi dizer que vai

faltar combustível novamente e já estou preocupado”, disse.

A bancária Solange Lacerda, 43, tem medo de uma nova greve. Depois de, na semana passada, ficar em três filas de postos e não conseguir gasolina, agora ela abastece toda hora. “Mesmo que falte pouco pra completar o tanque, eu encho”, brinca. Nos últimos dias, não pegou mais filas.

Na casa da estudante Ana Clara Walker, em Águas Claras, a preocupação foi com a alimentação da família. “Minha mãe fez compras de alimentos porque achou que era importante estocar comida”, revelou a jovem de 18 anos.

A insegurança e as dúvidas surgiram depois que informações sobre a continuidade da greve começaram a ser amplamente difundidas nas redes sociais. Desde ontem, um grupo de caminhoneiros do Distrito Federal, de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rondônia começaram a se reunir no estacionamento do Estádio Mané Garrincha.

Segundo um dos organizadores, que não quis se identificar, os acordos firmados entre sindicatos e o governo não atendem a todas as reivindicações. “Por mais que uma parte dos caminhoneiros tenha cedido, a outra vai continuar lutando. Queremos a garantia de redução dos pedágios, menos impostos sobre o combustível — não somente relacionado ao diesel — e que se faça valer a lei do eixo suspenso, que hoje não é cumprida em diversos estados. Vamos parar se não formos escutados pelo governo”, explicou.

O Palácio do Planalto produziu vídeos para redes sociais afirmando que os “caminhoneiros de verdade” voltaram ao trabalho e que a suposta mobilização é liderada por radicais que “tentam botar medo nas pessoas espalhando mentiras por aí”. O presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros, José da Fonseca Lopes, disse, em uma mensagem direcionada à sociedade, que a greve acabou e que as reivindicações foram atendidas. Ele pediu aos caminhoneiros “bom senso e discernimento para que não participem de movimentos que não se sabe quem organiza e quais os verdadeiros interesses”.

O executivo local garante que os serviços públicos estão normalizados. Hoje haverá aula nas escolas da rede pública, assim como toda a frota do transporte coletivo rodará conforme a programação. A rede pública de saúde funciona normalmente, com atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, consultas ambulatoriais em hospitais e policlínicas. O Samu e os serviços das farmácias do componente especializado também estão estabilizados.

Impactados

A procura pelo gás de cozinha ainda deve perdurar até quinta-feira, prevê o Sindicato das Empresas Transportadoras e Revendedoras de Gás LP do DF

(Sindvargas). A previsão tem como base a estimativa do governo em colocar todo estoque em dia até hoje. “O importante é o papel do consumidor neste momento. A população tem que se conscientizar de que, ao estocar, tira-se a oportunidade de outra família adquirir o produto”, alertou Sérgio Costa. Até sábado, aproximadamente 30 mil botijões de gás de cozinha foram distribuídos.

No entanto, os impactos ainda ecoam por mais tempo em alguns setores da economia. “Mesmo com o fim da greve, haverá prejuízo em relação a junho, já que houve atrasos nas entregas. Não é da noite para o dia que uma fábrica consegue enviar os produtos, que ainda vão chegar nas lojas, nos próximos dias”, afirmou o presidente do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal, Edson de Castro. A entidade calcula que, durante o período de greve, as vendas caíram pela metade. O prejuízo causado nas 30 mil lojas de rua e shoppings do DF está na casa dos R\$ 30 milhões.

De acordo com o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), Adelmir Santana, o que foi perdido em termos de vendas não será recuperado. “Estávamos extremamente animados com as expectativas de venda para o mês de junho, que estava na ordem de 12% de crescimento. Foi um desastre para o setor e, inclusive, alguns analistas já dizem que os prejuízos vão recair sobre o PIB”, disse.

Colaboraram Renata Rusky e Marlene Gomes, especial para o Correio

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor:

Título: Insatisfação em alta na caserna

Nas entrelinhas

Depois da intervenção no Rio de Janeiro e da operação São Cristóvão — que garantiu parte das escoltas de cargas na greve dos caminhoneiros —, militares se mostram ressentidos com o governo Michel Temer. Oficiais se dizem usados pelos políticos durante as crises e descartados no momento em que a tensão diminui.

“Engenheiros de obra pronta, querem se aproveitar do êxito das operações conduzidas pelas Forças Armadas durante a greve dos caminhoneiros para benefício político pessoal”, afirmou um oficial que pediu anonimato. Há outra questão: com o desgaste de Temer, os militares também querem se distanciar do presidente emedebista. A intervenção do Rio marcou o início do mal-estar,

pois a maior parte dos oficiais só foi informada da ação minutos antes do anúncio para a imprensa.

Com a operação São Cristóvão, a relação piorou, principalmente por causa do protagonismo de Temer e da turma ligada ao presidente — entre eles, o general Sérgio Etchegoyen, ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), aliado de primeira hora do emedebista e superior hierárquico do pessoal da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A insatisfação é com a falta de reconhecimento do Planalto com a ação dos militares, que fizeram a conta das escoltas de caminhões nas duas semanas: 87 milhões de litros de combustível de aviação e 55 milhões de litros de óleo diesel.

No sábado, o ministro da Defesa, general Silva e Luna, se antecipou e preparou uma carta às tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Na mensagem, homenageou a atuação do grupo durante a paralisação dos caminhoneiros. “A crise desencadeada pela interrupção do transporte rodoviário está sendo superada, depois de dias de apreensão e trabalho continuado”, disse o general. O texto foi a senha inclusive para parte dos militares saberem que não haveria chance de prorrogação do decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), anunciada por Temer no dia 25, nos primeiros dias da greve dos caminhoneiros.

Diante da atuação das Forças Armadas para conter a greve dos caminhoneiros, o general Eduardo Villas Boas, comandante do Exército, usou as redes sociais para conseguir empatia da população, afinal os militares foram convocados para intervir em um movimento apoiado por grande parte da população, segundo pesquisas de opinião pública. O temor era que a imagem da corporação saísse prejudicada. A avaliação da caserna é que isso não ocorreu. O receio agora é outro: a relação com o governo Temer e a dúvida sobre o próximo chamado do Planalto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: "Greve derrubou PIB e confiança"

São Paulo — A recuperação da economia brasileira, que será lenta e gradual, foi afetada significativamente pela greve dos caminhoneiros, avalia o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Nas contas dele, as perdas chegarão a R\$ 39 bilhões se o Produto Interno Bruto (PIB) crescer 1,9% neste ano, mas o prejuízo pode ser ainda maior, de R\$ 66 bilhões, se a geração de riquezas no país registrar a tímida expansão de 1,5%. “A greve terminou, mas deixou essa

sensação de terra arrasada na governança do país que deve continuar afetando negativamente as expectativas”, afirma. Ele avalia que Pedro Parente foi apenas um “bode expiatório” dessa crise. O economista ressalta que, com quatro meses para as eleições, o emedebista fará muito pouco e dificilmente conseguirá aprovar as propostas prioritárias, entre elas, a privatização da Eletrobrás. O especialista avisa que a prioridade zero do próximo presidente será a reforma da Previdência. “Se vier com essa história de que Previdência não é prioridade, o mercado vai dar a resposta no primeiro dia”, alerta. A seguir, os principais trechos da entrevista de Vale concedida ao Correio.

Pedro Parente

Infelizmente, o Pedro foi um bode expiatório. O significado da sua queda faz parte de uma avaliação maior que aponta que o governo entrou em paralisia em maio do ano passado e a greve foi o ponto culminante. A gestão de Temer estava há muito tempo em dificuldade. A greve terminou, mas deixou essa sensação de terra arrasada na governança do país, que deve continuar afetando negativamente as expectativas.

Ivan Monteiro

Está em linha com o comando anterior da Petrobras, não vejo mudança de rota. Aqui, o problema maior foi como o Pedro caiu. Fica a impressão de que a empresa poderá ser alvo de interferências na governança, como ocorreu tantas vezes no passado. Está nas mãos do novo presidente mostrar que esse não é mais o caso.

Impacto da crise

Ajustei as previsões para o Produto Interno Bruto (PIB) pelas notícias ruins deste trimestre, especialmente, por conta dessa crise de maio e também pelo que pode vir pela frente. O resultado do PIB dos primeiros três meses do ano, apesar de mais favorável, na margem, quando comparado com trimestres anteriores, é preocupante. Os dados mostram uma desaceleração. Existe uma grande possibilidade de o primeiro semestre ser quase inteiramente perdido. O arranque esperado no fim do ano passado está se desvanecendo completamente. A crise atual é diferente da de maio do ano passado, com a delação da JBS. Essa crise é econômica, de fato, porque afeta a atividade. Agora, vamos até o fim do ano com todos os riscos de o governo ser emparedado mais uma vez. Esses riscos estão se acumulando e isso diminui as expectativas, diminui os investimentos e diminui o crescimento. Por isso que é difícil vermos uma retomada este ano. O crescimento vai ser fraco e vai ser muito difícil passar de 2%. É o cenário base, por enquanto. Se o governo continuar sendo nocauteado, vamos ver essa percepção de atividade enfraquecendo ainda mais.

PIB em 2018

No começo do ano, a gente estava com uma previsão de crescimento de 3,5%,

depois baixamos para 3% e, recentemente, para 2,5%. Pelas minhas contas, por enquanto, o que a gente deixou de ganhar fica em R\$ 39 bilhões se o PIB ficar em 1,9%, que é a nossa nova estimativa por conta da crise atual. Mas, para esse dado se concretizar, a economia precisará crescer muito no segundo semestre, algo em torno de 3% nos três últimos meses do ano. As consequências dessa revisão não se limitam à greve em si, mas também às expectativas de consumo e de investimentos. A esse risco, se junta a eleição, que abre mais espaço para choques abruptos de confiança sobre os candidatos que podem chegar no segundo turno. Se a crise se gravar e o PIB crescer só 1,5% neste ano, a perda na economia poderá chegar a R\$ 66 bilhões. A greve derrubou o PIB e a confiança.

Previsões

Está difícil fazer previsões porque têm muitos elementos externos e internos, políticos e econômicos, tudo ao mesmo tempo, que estão jogando contra muito mais do que se imaginava. A reforma da Previdência morreu em maio do ano passado, após a denúncia da JBS. O governo não ia ter mais o que fazer porque acabou se defendendo. E esse cenário de um governo que morreu na economia e na política é o que estamos vendo agora. Talvez melhore se um dia o país conseguir voltar a ter uma estabilidade política melhor, como a que está acontecendo com a Colômbia, desde Álvaro Uribe (2002-2010).

Reformas

Exato. Mas isso é ruim e é bom ao mesmo tempo. Vai ser um baita pepino para um presidente que entra logo de cara. O novo governo eleito vai ter a faca e o queijo na mão para fazer o que precisa com a ajuda do Congresso, mas logo de início. O Temer conseguiu governar durante um ano, mas seu governo enfartou em maio do ano passado por conta da denúncia do Joesley (Batista, da JBS). Ficou na UTI até fevereiro (deste ano) e morreu quando enterrou a reforma da Previdência de vez com a intervenção militar no Rio, que acabou com qualquer possibilidade de reforma constitucional neste ano.

Teto de gastos

A regra do teto é em relação aos gastos. A meta fiscal estaria talvez sob risco. Mas o teto do deficit deste ano é de R\$ 159 bilhões, que ainda não está ameaçado. A frustração neste ano virá por conta da receita se o crescimento for mais fraco ainda ao longo do ano. Para compensar essa despesa adicional de R\$ 13,5 bilhões e cumprir a regra do teto, o governo vai ter que cortar despesa, provavelmente, o investimento. Não tem como não fugir disso. Regra do teto, por enquanto, também não está sob risco. Até agora, a arrecadação está indo bem por conta de receitas extraordinárias, principalmente. Mas, daqui para frente, haverá dificuldade. O mercado vai esperar a eleição para investir. Isso pode afetar a expectativa de arrecadação com concessões neste segundo semestre, que podem ser frustradas.

Eletrobrás

Esquece. Não sai mais absolutamente nada. Se o governo conseguir aprovar o cadastro positivo, está ótimo. A Copa está para começar, o Congresso fecha a partir das festas juninas e ainda tem eleição. Esquece. Agora é torcer para aprovarem o cadastro em junho e acho que passa sem muita dificuldade, porque é uma reforma importante para reduzir o spread bancário. Não dá para fazer mais do que isso.

Cadastro positivo

O cadastro tende a diminuir o spread bancário na média. Ele dá aquela possibilidade de o mercado poder oferecer taxas mais baixas. Hoje, quem tem o controle da informação do indivíduo, se ele é bom pagador ou não, é o banco em que ele tem conta, que tem todo o histórico dele. A partir do momento em que o sistema financeiro inteiro estiver aberto ao cadastro positivo, com a regulamentação das Fintechs, a tendência é que os juros caiam para os bons pagadores. Não vai baixar tudo, mas é o início para o setor reduzir um pouco o spread. A medida é extremamente positiva. Não tem o que defender contra, mas o governo não sabe fazer propaganda e vender para a população coisas que são boas. O marketing do governo é um desastre absoluto.

Governo Temer

Não é que está sendo mal-assessorado. Ele tem uma equipe econômica que é boa, mas o governo, como um todo, perdeu a legitimidade com a crise de maio do ano passado. Além das duas denúncias que foram votadas, há uma ameaça de uma terceira em andamento. Agora, com a crise dos caminhoneiros, o governo ficou completamente na lona. Não tem entidade, não tem assessoria política que consiga salvar o governo a esta altura. Infelizmente, ele vai assim, sangrando, até o fim do ano.

Comunicação

Com tudo o que está acontecendo, está sobrando argumento para a oposição. Se a economia estivesse melhor, eles não teriam essa facilidade que estão tendo. Se não tivesse acontecido a denúncia de maio lá atrás, o governo estaria mais forte, teria avançado em um monte de reformas e hoje a economia estaria com um crescimento maior e ele estaria muito mais preparado para lidar com a crise atual. Não estaria com tanto fio desencapado e seria mais fácil desmontar os argumentos do Ciro Gomes e do Jair Bolsonaro.

Erro de avaliação

Talvez não se imaginasse que seria uma coisa tão intensa e tão duradoura como foi. De fato, tem uma fragilidade do governo, por questão da legitimidade e por estarmos em um ano eleitoral, eles conseguiram o que queriam. Também temos um presidente da Câmara (Rodrigo Maia) que está contra o presidente e que mudou de lado. Está todo mundo contra o presidente. O governo está

fragilizado e não tem liderança, não consegue se contrapor e barrar tudo isso. Ele não teve voz de comando para tentar dissuadir a greve no início.

Preços

É pontual, mas não deixa de ser um retrocesso, sem dúvida. Não é um retrocesso completo e generalizado. É uma mudança pontual na questão fiscal e que é preocupante, porque é um sinalizador do que pode vir pela frente. Quando se negocia e entrega tudo e mais ainda do que deveria entregar para a outra parte, mostra-se que o governo está fraco. Outros querem negociar da mesma forma. Se parar por aí, foi um pequeno retrocesso e não é incontornável. Mas, se persistir, o fiscal vai piorar muito, e tudo o que a gente tem como regras começa a ficar sob suspeita, como o teto de gasto, a meta fiscal e a regra de ouro. O governo não tem mais o que ceder neste momento. Mas como ele está muito fraco, não há como garantir que isso não vai ocorrer.

Henrique Meirelles

Meirelles não tem a mínima chance. Não faz sentido olhar para os candidatos que são muito pequenos. Eles não têm capacidade de crescer (na intenção de voto). O presidente Temer se tornou muito tóxico e qualquer um que está minimamente atrelado ao governo vai eventualmente ser contaminado e ser acusado durante a eleição. E o Rodrigo Maia foi presidente do Congresso e ajudou a aprovar as reformas no início do governo. Mesmo o Ulysses Guimarães, que tinha todo o capital político da Constituinte de 1988, ficou em sétimo lugar nas eleições de 1980, porque MDB é um partido com conflitos internos profundos e históricos.

Bolsonaro

Bolsonaro é quem mais está ganhando nessa brincadeira toda, porque ele ganha com essa ira toda da sociedade. Mas o Ciro também ganha, porque está havendo uma polarização para os extremos da direita e da esquerda. Hoje, diante dos condicionantes de uma recessão profunda, de uma greve como a que tivemos agora, de todo o estresse político que vem desde 2013, a população, de fato, está querendo um novo. O PT acabou. O PSDB está em frangalhos com a Lava-Jato. Os grandes partidos estão acéfalos em termos de liderança.

Alckmin

Ele tem coisas positivas, que é o fato de a população brasileira ser conservadora. Ela não gosta de aventura. A gente viu isso em 2014, quando tinha Dilma, Aécio Neves e Marina Silva. A Dilma já era presidente, por mais complicada que ela fosse. A população já conhecia o Aécio, tinha sido senador, governador é neto do Tancredo Neves. Tinha um histórico político enorme de um partido que a população conhecia. A Marina era o elemento novo de um partido desconhecido, que tinha sido senadora e ministra do Meio Ambiente,

mas a população olhava para ela e tinha dúvidas se ela tinha condições de ser presidente. O brasileiro olha muito isso.

Ciro Gomes

O Ciro Gomes foi governador, foi deputado, foi prefeito, foi ministro do Itamar, do Lula e da Dilma e tem um histórico que, para a população, poderia assumir a posição de presidenciável. Talvez o que tenha um flanco mais aberto, o Jair Bolsonaro, que não tem histórico nenhum, o menos presidenciável de todos. Mas a confusão toda dessa eleição é que ela está tão aberta que mesmo o Bolsonaro que não tem um pedigree presidenciável, eventualmente, poderia avançar para o segundo turno por conta dessa insatisfação generalizada da população.

"Existe uma grande possibilidade de o primeiro semestre ser quase inteiramente perdido"

"A gestão de Temer estava há muito tempo em dificuldade. A greve terminou, mas deixou a sensação de terra arrasada"

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Jaqueline Mendes

Título: "O Brasil caminha para uma situação-limite"

São Paulo — O economista Eduardo Giannetti, de 61 anos, elaborou dois planos de governo para Marina Silva, então candidata à presidência nas eleições de 2010 e 2014. Graças à sua incursão na política, ele estudou a fundo a relação entre as políticas públicas e a vida dos brasileiros. Graduado em economia e ciências sociais pela Universidade de São Paulo, e doutor em economia pela Universidade de Cambridge, Giannetti analisou, em entrevista exclusiva aos Diários Associados, os efeitos da greve dos caminhoneiros e o desempenho do governo do presidente Michel Temer nesse episódio. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

Passada a fase mais complicada da greve dos caminhoneiros, o país deve se preparar para novas paralisações em breve?

Esse episódio pertence a uma linhagem à qual também pertencem as manifestações de junho de 2013. Começou por uma questão aparentemente muito localizada, o reajuste de vinte centavos no transporte público de São

Paulo, e rapidamente se disseminou, com ampla adesão da sociedade brasileira. A dinâmica foi parecida, com apoio social, mas acabou descambiando para a violência, para radicalismos de grupos minoritários que tentam instrumentalizar o movimento. Acredito que não será o último episódio. O Brasil está caminhando para uma situação-limite em relação ao ônus que significa para a sociedade transferir anualmente cerca de 40% da renda nacional para o setor público e não enxergar nenhuma contrapartida disso em termos de investimentos de políticas públicas. Não sei se novas paralisações serão tão imediatas. Mas esse episódio expôs um governo extremamente frágil, vulnerável e que rapidamente foi colocado na parede, assim como ocorreu com o governo Dilma, em 2013, que levou a uma declaração muito curiosa do secretário Gilberto Carvalho, que chamou o povo de ingrato. Isso nos faz lembrar muito a Revolução Francesa.

Em que o governo errou e acertou nesse episódio?

São muitos os erros, mas acho que um dos elementos que ficou claro no que ocorreu nas últimas semanas é que, se por um lado a governança nas estatais melhorou muito nos últimos anos, principalmente a partir do início do governo Temer, com destaque para Petrobras, Eletrobrás e Infraero, por outro lado, a política de reajuste diário dos preços dos derivados de petróleo se mostrou equivocada. Isso transmite ao consumidor comum, aquele que compra gás, gasolina e diesel, toda a volatilidade de mercados extremamente nervosos, como são o mercado internacional de petróleo e o regime de câmbio flutuante. Então, acho que tem de prevalecer o reajuste tarifário, sem dúvida nenhuma, mas é preciso suavizar os repasses automáticos para impedir que essa volatilidade extrema chegue todos os dias ao bolso do consumidor.

O senhor acredita que a Petrobras terá de rever sua política de reajustes diários dos combustíveis ainda neste ano?

Acredito que sim. Não tenho uma fórmula, mas algum tipo de suavizador, uma média móvel trimestral ou algo assim, para amortecer os picos de alta e de baixa, terá de ser elaborada. O modelo atual não funciona.

Mas e quanto ao modelo de controle de preços adotados no governo do PT?

O Brasil é curioso, e sempre vai de um extremo ao outro. Primeiro vai de um intervencionismo de mão muito pesada no governo Dilma, que represou o preço dos derivados de petróleo de maneira totalmente irresponsável, e depois vai para um fundamentalismo de mercado que faz da gasolina e do diesel quase um pregão diário de mercado financeiro. Virou um preço de alta frequência, corrigido todos os dias. Também é um exagero absurdo e me parece uma total falta de sensibilidade social.

Qual é sua avaliação sobre o pedido de demissão de Pedro Parente da Petrobras?

O Pedro Parente acabou sendo envolvido em um turbilhão de problemas políticos. O pedido de demissão dele não era esperado e eu lamento muito a maior estatal brasileira perder um dos melhores executivos que o Brasil possui atualmente. Tenho críticas em relação à política de reajustes diários dos preços, mas isso não levanta dúvidas sobre sua capacidade como administrador. É uma pena. Realmente, lamento muito.

Por que o sistema de reajustes diários funciona nos Estados Unidos e não no Brasil?

Os Estados Unidos não enfrentam a volatilidade do câmbio porque o preço do petróleo já está diretamente em dólar, na moeda deles. No Brasil, além de sofrer com a oscilação do barril do petróleo, ainda temos o sobe e desce do dólar. Daí coincidiu, nos últimos meses, de o petróleo subir demais no mercado internacional com a disparada do dólar, por uma questão de política monetária americana. Como os americanos sinalizaram que vão elevar os juros, houve uma desvalorização generalizada das moedas das economias emergentes, inclusive o real.

Os movimentos grevistas poderão comprometer o PIB deste ano, que já veio fraco no primeiro trimestre?

Com certeza isso vai afetar a economia. Não tenho nenhuma dúvida. A economia já vinha num ritmo de recuperação claudicante, desapontador, e sofreu mais um abalo agora. Perdeu confiabilidade. O Brasil, nesse ambiente de crise e pré-eleição, está reduzido a um nível mínimo.

O governo Temer já reduziu recursos da saúde e da educação para compensar a queda de arrecadação com o diesel...

Uma greve como esta mostra quem é que paga a conta no Brasil. É o trabalhador. O governo não cria recursos. Ainda não entrou no pensamento do brasileiro comum a ideia de que o governo não gera receita, não cria valor. Apenas transfere valor criado de um ponto para outro.

Qual será o impacto nas eleições?

Ainda é cedo para avaliar o efeito eleitoral. Existem quatro candidatos competitivos no Brasil hoje: Geraldo Alckmin, Mariana Silva, Ciro Gomes e Jair Bolsonaro. Dificilmente não será um desses o próximo presidente do Brasil. Outro ponto bastante claro é que teremos um segundo turno com um de dois cenários: ou teremos uma disputa de dois extremos, uma polarização, ou teremos pelo menos um candidato de centro, reformista.

A crise gerada pela greve não tende a prejudicar o desempenho de candidatos favoráveis à economia de mercado?

Não acredito. Penso que o episódio tende, sim, a explicitar ainda mais a gravidade fiscal brasileira. A população brasileira precisa saber que está

transferindo anualmente para União, Estados e municípios 34% de tudo que ela produz. Só que não para aí. O Estado brasileiro gasta mais do que arrecada. Hoje, o deficit nominal é de 6% do PIB. Então, 40% de toda renda nacional transita pelo setor público. E metade dos domicílios brasileiros não tem sequer saneamento básico. Como é possível isso? O Bolsa Família representa apenas 0,5% do PIB. É a migalha que cai da mesa. E tem impacto gigantesco na vida de milhões de famílias. Então, existe alguma coisa profundamente errada das finanças públicas brasileiras. E, por isso, precisamos entender, trabalhar e mudar.

A greve dos caminhoneiros pode forçar uma reforma tributária no próximo governo?

Não só tributária, mas também fiscal. É obrigação dos candidatos apresentar suas ideias sobre o que pretendem fazer com um Estado que drena 40% de sua riqueza e não entrega, minimamente, infraestrutura e políticas públicas que justifiquem seu tamanho.

Mas o governo já cogita aumentar impostos para compensar a redução do preço do diesel.

Aumentar a carga tributária é um caminho que se esgotou. De 1988 para cá, todos os governos que passaram pelo poder aumentaram a carga tributária. Foi o jeito que encontraram para acomodar o crescimento crônico dos gastos correntes do Estado. Agora, acabou esse caminho. Esgotou-se o ciclo de expansão fiscal. E a presidente Dilma fez o favor de arrebentar as contas públicas e deixar a dívida brasileira em uma trajetória explosiva de crescimento.

Se a presidente Dilma ainda estivesse no poder, em qual cenário econômico o país estaria hoje?

Não consigo nem imaginar o que teria acontecido com a economia brasileira se a Dilma tivesse continuado no governo. Por mais que me esforce, não consigo pensar qual seria o caminho que teríamos tomado no Brasil. Estávamos na UTI, com sinais vitais em queda livre. Não sei onde isso ia parar.

O que explica a iniciativa de alguns grupos da sociedade de pedir intervenção militar?

Tenho a impressão de que é uma minoria radical dentro do movimento, assim como os black blocs na manifestação de junho de 2013. Quem pede intervenção militar é equivalente aos black blocs. Agora, é gente que não tem a menor noção do que está falando e do que está fazendo. Se eles tivessem vivendo sob um regime militar, não poderiam, inclusive, estar expressando suas opiniões da maneira que estão fazendo. É um paradoxo isso. Se existe hoje direito de greve no Brasil, e é bom que se tenha de forma legítima e constitucional, é graças à democracia. Se existe direito de livre manifestação, inclusive para uma asneira como essa de pedir intervenção militar, é porque temos democracia.

As perspectivas de aumento do protecionismo em todo o mundo podem prejudicar o Brasil?

Acredito que não irá se materializar o risco de uma guerra comercial e uma guerra protecionista. É mais bravata de governo Trump (presidente dos Estados Unidos). Um fato relevante é que, mesmo no pior momento da economia brasileira, em 2015 e 2016, o investimento direto estrangeiro no país continuou robusto. Tenho a impressão de que os investidores externos têm mais confiança no Brasil do que os próprios brasileiros.

O senhor lançará, na próxima semana, um livro intitulado “O elogio do vira-lata e outros ensaios”. O brasileiro tem complexo de vira-lata?

Sim, tem, mas não podemos confundir o circunstancial da conjuntura com o permanente da cultura. O Brasil já passou por altos e baixos ao longo de sua história, e se recuperou. Não tenha dúvidas de que vai voltar a se recuperar.

"A greve dos caminhoneiros expôs um governo extremamente frágil e que rapidamente foi colocado na parede, assim como aconteceu com o governo Dilma em 2013"**"A sociedade transfere anualmente 40% da renda nacional para o setor público e não enxerga nenhuma contrapartida disso"****"O Brasil sempre vai de um extremo a outro. Primeiro vai de um intervencionismo pesado no governo Dilma e depois para um fundamentalismo de mercado que faz da gasolina um pregão diário de mercado financeiro"****VEÍCULO: Correio Braziliense****Seção: Opinião****Autor: Anderson Costolli****Título: Meu pirão primeiro**

Os postos de combustíveis do DF começaram a ser reabastecidos e estão voltando à normalidade. Diante da grave crise provocada pela greve dos caminhoneiros, que durou 10 dias, o Brasil parou. E vou além dos combustíveis, das produções agrícolas, das prateleiras de supermercados vazias, dos milhares e milhares de litros de leite esvaídos ralo abaixo. A paralisação fez outras coisas, igualmente preciosas, serem destruídas? O bom senso, a solidariedade, o

respeito ao direito do alheio. Talvez!

Fui uma das pessoas que enfrentou horas de fila — sete horas, para ser mais exato. Em dos postos presenciei comentários que me doeram a alma. Como de costume, faço amizade com facilidade. Saí do carro e me juntei a um grupo de pessoas, me certifiquei que haveria gasolina para todos e fiquei.

Havia ali uma mulher com o marido. De repente, ela solta um comentário que me provocou arrepios: “Ainda bem que estamos aqui atrás nessa fila, porque aí os primeiros pegam o ar acumulado na bomba e a gente fica com o combustível de verdade”. Estranhei e olhei para ela descrendo do que havia escutado. Em determinado momento, uma pessoa desistiu, bem à frente, e foi embora. A mesma mulher se anima imediatamente: “Vai lá, fulano (se dirigindo ao marido). Corre! Pega o carro, coloca lá na frente”. Sem graça, o marido a repreende e faz um alerta de que outras pessoas já estavam aguardando antes deles chegarem. “Ué! Então, ele que coloque lá logo, senão eu vou colocar o meu”. Assim, sem meias palavras.

O Brasil atolado até o pescoço na lama, devido à crise provocada pela corrupção, e, ainda assim, há quem não consegue entender que ser honesto, se colocar no lugar do outro e querer o bem comum deveria ser regra. Abasteci, mas saí preocupado. Quantas pessoas não pensam como ela? Quantos filhos aquela mulher tem? A quantas crianças ela ensinou a máxima da “farinha pouca, meu pirão primeiro”? Que tipo de brasileiros ela está ajudando a construir? E nós? Que tipo de brasileiros cada um de nós está ajudando a instruir?

A previsão é de que hoje o abastecimento esteja normalizado. Só vamos saber no decorrer do dia. Mas a real pergunta, aquela que não quer calar, é: e o bom senso, quando volta ?

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Claudio Damasceno

Título: Lições da greve e a necessidade de uma reforma tributária

Passado o período agudo do movimento dos caminhoneiros, importante estudar as lições que ficaram. Nesse balanço inicial, uma se destaca: a urgência de uma reforma tributária, tarefa que ficará certamente para o próximo presidente da República — se, claro, tiver olhos de ver e ouvidos de ouvir.

E o momento é ótimo para tratar disso, pois os pré-candidatos à Presidência certamente não desconhecem os efeitos da brutal carga de impostos e seus

impactos cotidianos. Faz tempo que o Sindifisco Nacional alerta: a sociedade esgotou a capacidade de suportar a regressividade do sistema, cuja principal característica é oneração da base da pirâmide social.

A essa altura, já deve ter gente lendo esse texto e pensando: “mais populismo fiscal”. Desculpe, não é mesmo. O problema é que a sociedade brasileira se acostumou com arremedos nessa seara, todos em nome do aumento da arrecadação, do fechamento do caixa do governo central no final do ano. Enquanto a conta é paga pelo conjunto dos cidadãos, fica diluída e ninguém se dá realmente conta. Só que, quando eclode uma crise da magnitude da dos caminhoneiros, é que vem clara a percepção de que a proporção dos tributos da formação dos preços — consideradas inclusive as inúmeras variantes que os compõem, como sazonalidade, insumos e mão de obra — está insuportável.

Para debelar a greve e evitar o colapso total do país, o governo federal teve de fazer várias concessões que, evidentemente, não sairão de graça. Todos nós pagaremos a solução de emergência. Por sinal, pesquisa do Datafolha publicada dia 30 mostra que, de um universo de 1,5 mil pessoas ouvidas, 87% aprovam o movimento e 56% são favoráveis a que a paralisação se mantenha. Perfeito, mas tem o outro lado disso: 59% acham que a saída encontrada pelo Palácio do Planalto para restaurar a normalidade trará mais prejuízos.

Ao mesmo tempo que é um paradoxo, faz total sentido. O cidadão está farto e o movimento dos caminhoneiros é o protesto cujos efeitos muitos gastariam de ter força para provocar. É o ataque frontal à fraqueza dos governos, que personificam o mau padrasto, aquele que tudo toma e nada concede. E usurpa na forma de impostos escorchantes, que deveriam retornar na segurança, na saúde, na educação, na mobilidade urbana... Nem mesmo no consumo, que causa irritação ao contribuinte médio quando compara o preço de um produto qualquer aqui com um similar no estrangeiro — se for incluir a qualidade nessa equação, a indignação aumenta.

Em julho de 2013, o Sindifisco Nacional colocou nas ruas a campanha Imposto Justo. Semanas antes, a população saía às ruas inicialmente revoltada com o aumento nas passagens de ônibus — um dos motes era “Não é só pelos 20 centavos —, mas depois se tornou uma indigestão geral. Aquilo que parecia difuso, hoje se percebe, era a confluência de aborrecimentos diversos, com um denominador comum: dar ciência ao governo que o tempo da cortesia com o chapéu dos outros acabara. Ou o arrecadado era efetivamente aplicado conforme preceitua a Carta, sem desvios, ou o Brasil trilharia um caminho perigoso. Foi o sinal amarelo; o vermelho veio com a greve dos caminhoneiros.

Antes que os pré-candidatos tergiversem sobre o tema, é preciso ressaltar que há alternativas de tributação, com foco na capacidade contributiva, conforme

reza a Constituição. Na Imposto Justo há propostas simples, que poderiam arrecadar R\$ 41 bilhões por ano, com o fim da isenção das remessas de lucros ao exterior e na distribuição de lucros e dividendos, e a tributação sobre a propriedade de aeronaves e lanchas particulares. Esses R\$ 41 bilhões caberiam na redução da tributação sobre energia e combustíveis, pois a conta será repassada integralmente ao “andar de cima”, que desde o Descobrimento se recusa a pagá-la.

E a essa altura você deve estar se perguntando que fim levaram essas e outras medidas que compunham a Imposto Justo. Pararam no Legislativo por falta de vontade política. Como mexia com o interesse de pessoas que não pagam e querem continuar não pagando, deram um jeito de encostá-la. O governo aceitou, docemente constrangido — milagres que somente o chamado presidencialismo de coalizão é capaz de operar.

Aliás, um bom momento para sabermos se a reforma tributária é uma preocupação para os pré-candidatos será a sabatina que o Sindifisco Nacional promove, em 6 de junho, com este Correio Braziliense. Nesta oportunidade perceberemos se quem assume em 1º de janeiro de 2019 tem compromisso com a maioria da população, e revê a regressividade dos impostos, ou se será mera troca de guarda. Se for a segunda hipótese, anotem: depois do sinal vermelho dos caminhoneiros, na sequência vem o desastre.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Erika Manhatys

Título: Alta repentina nos preços configura prática abusiva?

A alta tributação sobre o óleo diesel e a falta de regulação no valor dos fretes foram o estopim da greve decretada pelos caminhoneiros há duas semanas. A paralisação provocou o desabastecimento e encareceu os produtos que escassearam nas prateleiras. Apesar de ter afetado a precificação de inúmeros itens, a alta mais significativa ocorreu no combustível e no gás de cozinha. O segundo, de acordo com apuração feita pelo Correio, chegou a ter aumento de até 100%. Ou seja, o botijão de gás foi vendido pelo dobro do preço chegando a ser comercializado a R\$ 200, sete dias após o início das manifestações.

A gasolina também teve majoração repentina, literalmente da noite para o dia. Segundo levantamento do Instituto de Defesa do Consumidor (Procon), realizado nos pontos de venda de combustível do Distrito Federal, nove foram autuados e um foi multado por comercializar a gasolina por R\$ 5,99. Fotos de postos cobrando até R\$ 9,99 por litro circularam em grupos de aplicativos de

mensagem instantânea, mas o valor não foi constatado pela operação conjunta entre Procon e Polícia Civil, representada pela Coordenação de Repressão aos Crimes Contra o Consumidor, a Ordem Tributária e a Fraude (Corf).

O posto de Taguatinga Sul que recebeu multa de R\$ 294 mil como sanção à prática abusiva, também apresentava outra irregularidade, a dupla precificação para um produto. Era cobrado R\$ 4,70 durante o dia e R\$ 5,99, à noite. Para o Procon, o comerciante cometeu oportunismo de ocasião, uma vez que o aumento não teve motivo justo e, segundo informações recebidas pelo órgão, a alteração no preço foi sendo testada pelo proprietário, que, recebendo um grande número de clientes, foi elevando o valor até chegar a quase R\$ 10, retornando ao custo original quando desconfiou da fiscalização.

A designação de preços diferentes para o mesmo produto é condenada pelo Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 6º, que trata dos direitos básicos do consumidor, sobretudo no inciso que obriga o comerciante a evitar dúvidas em seu cliente. “A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”, destaca o texto.

Um estabelecimento que aumenta sobremaneira o valor de seus produtos pode incorrer em crime contra a economia popular e as relações de consumo, de acordo com o diretor da Divisão de Direito do Consumidor da Polícia Civil, Fábio Rodrigues Vieira. Além dos órgãos de defesa do consumidor, as promotorias de Justiça de Águas Claras e de Santa Maria estão atuando na fiscalização de postos de combustível das duas cidades, a fim de reprimir infrações cometidas pelos proprietários; os relatórios gerados serão encaminhados ao Procon e ao Ministério Público do Distrito Federal do DF (MPDFT).

Escassez

Os motoristas brasilienses se depararam com uma situação nova na capital, a escassez. Além de pagar caro pelo litro da gasolina, tiveram de enfrentar filas gigantescas nos postos de combustível. Vinícius Vivas, 51 anos, diretor comercial de uma empresa de tecnologia, foi um dos consumidores que amargaram longas horas em filas em busca de gasolina. “Eu esperei por quase duas horas em um posto localizado no Cruzeiro, quando estava próximo às bombas, uma atendente informou que a gasolina não atenderia a todos. Nesse momento, um senhor que estava à minha frente recebeu uma ligação informando que no SIA, havia. Fui até lá e esperei por mais de três horas para conseguir abastecer a R\$ 5. Fiquei praticamente sete horas à espera de atendimento”, lamentou.

Ele precisou adotar medidas para economizar durante os dias de escassez. “Usei o carro só para ir ao trabalho e tive que reprogramar minhas atividades para conseguir fazer a pé. Em vez de ir ao Parque da Cidade com meu filho, vou ao Parque de Águas Claras ,que fica próximo à minha casa. Também deixei de frequentar festas, churrascos ou comemorações com os amigos”, disse.

Consequências

A greve trouxe prejuízo a diversos setores que compõem a economia e o mercado brasileiro. Somente no setor produtivo, está orçada uma perda de R\$ 6,6 bilhões, segundo estudo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A cifra corresponde ao faturamento bruto na produção primária, desconsiderando o processamento e as indústrias. Em larga escala, vai gerar graves consequências à economia nacional.

O professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Bocaccio Piscitelli explicou que uma paralisação de grandes proporções, como a dos caminhoneiros, afeta a globalidade econômica. “Com toda certeza, terá queda no PIB do trimestre, a arrecadação cai e ocorre mais pressão no orçamento. É algo que afeta as finanças do país e a cada um de nós individualmente, por diversos fatores, inclusive o aumento da inflação, que será sentido em breve no bolso do consumidor. A escassez de produtos faz o preço aumentar e vira objeto de especulação”, reflete.

Para ele, outras questões também devem ser consideradas, além dos efeitos negativos no mercado brasileiro interno e externo, os casos de abuso nas relações comerciais trazem imensos prejuízos. “Há abuso na cobrança elevada, outro na adulteração dos produtos. Estamos vendo donos de postos inescrupulosos que misturam uma série de químicos no combustível para ter mais volume e atender a um número maior de clientes. Se formos comparar os valores anteriormente exercidos e os atuais, veremos uma grande discrepância. Na minha opinião, esses estabelecimentos deveriam ser lacrados e os proprietários, sofrerem sanções mais sérias”, ressalta.

Proteção

Durante a paralisação, uma imagem ganhou grande repercussão após circular em grupos do WhatsApp. Nela, um conhecido mercado instalou placa na entrada do estabelecimento restringindo a quantidade de itens por produto. A justificativa era resguardar o acesso a uma maior quantidade de consumidores. A legislação não permite a prática, conforme explica o professor Fabrício Dias Rodrigues, mestre em direito das relações econômico empresariais da Universidade Católica de Brasília (UCB).

“É possível restringir quando houver justo motivo. A legislação defende que o consumidor disposto a pagar em moeda corrente e tendo a oferta do produto, a venda deve ser concretizada. Entretanto, em situações específicas que apresentem uma motivação coerente, o fornecedor pode limitar para privilegiar o coletivo”, afirma. O professor esclarece que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) utiliza a técnica legislativa de normas vetor, que não enumeram situações, mas sim parâmetros, como neste caso de controle da compra.

Em situações de preços excessivamente caros, o especialista aconselha as pessoas a procurarem os órgãos de defesa. “O consumidor pode denunciar a prática a qualquer momento, mesmo que ele tenha adquirido o bem ou serviço. O cliente pode recorrer às delegacias de polícia e ao Procon que representam a via administrativa”. Rodrigues aponta que a adoção de preço abusivo sem justa motivação pode ser considerada um vício no produto e que, a depender da situação, o consumidor poderá fazer usufruto de reembolso. Entretanto, o professor esclarece que o caso do combustível segue um rito diferenciado de precificação e as oscilações são praticamente diárias.

“O Brasil está na contramão mundial de sistema de cálculo da gasolina. Ele fica atrelado ao dólar e sofre alterações diárias no preço que chega ao consumidor final. O cenário de crise é consequência a dessa política doentia de regulamentação do valor dos combustíveis que gera instabilidade, pois quase todos os outros setores dependem do transporte rodoviário”, comenta Fabrício. De toda forma, mesmo que as oscilações sejam constantes, uma alta repentina como ocorreu em Brasília, pode ser questionada pelos consumidores e, caso seja comprovada a prática ilícita, o estabelecimento sofrerá sanções administrativas como multa, podendo ainda responder na Justiça pelo crime.

***Estagiária sob supervisão de Margareth Lourenço (Especial para o Correio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Fabio Graner | De Brasília

Título: Estatal aceita discutir reajuste, se não perder lastro

A Petrobras sinalizou para o governo que aceita rediscutir a política de reajuste diário da gasolina e alongar a periodicidade das mudanças de preços do combustível ao consumidor, segundo fontes do governo. As condições, contudo, são que a empresa não perca o lastro do preço praticado internamente com relação ao preço internacional e também que ela seja protegida contra a importação nos períodos em que o preço do mercado externo estiver abaixo do vigente no Brasil.

A ideia é que uma eventual mudança seja feita desde que se garanta que não haverá prejuízos para a empresa, por isso essas condições estão sendo colocadas. Uma política de menor volatilidade poderia ajudar a diminuir a temperatura da crise política que se instalou há duas semanas a partir da greve dos caminhoneiros e que culminou na saída de Pedro Parente do comando da estatal de petróleo na última sexta-feira.

Após o anúncio da demissão de Parente, cujo momento pegou de surpresa grande parte do governo, as ações da estatal despencaram no mercado. Diante da turbulência, o Palácio do Planalto acabou anunciando ainda na sexta-feira o nome de Ivan Monteiro, que era diretor financeiro e de relações com investidores da empresa, para substituir Parente. E fez um discurso de que a política da companhia não seria alterada. Vale lembrar que uma das bandeiras deste governo é ter melhorado a rentabilidade de empresas públicas.

Neste ano, a estatal já fez mudanças nas políticas de reajustes do gás de cozinha, em janeiro, quando passou a ter periodicidade trimestral, e no diesel, medida anunciada na semana passada como parte do acordo com os caminhoneiros em greve. Nesse insumo, os reajustes passaram a ser mensais, após o período de congelamento de 60 dias, conforme com o subsídio de R\$ 0,46 por litro de diesel.

Uma mudança na periodicidade de reajustes da gasolina, desde que preservados os pilares defendidos pela atual diretoria, não significaria praticar uma política de congelamento de preços, hipótese amplamente rejeitada, tanto na empresa como em boa parte do governo. O formato dessa política de menor volatilidade, contudo, ainda precisará ser definido.

Desde que a crise dos caminhoneiros estourou, têm sido recorrentes as cobranças por maior previsibilidade na política de preços da companhia, inclusive dentro do governo e entre seus aliados no Congresso.

Na última sexta-feira, por exemplo, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), foi enfático nessa defesa: "Não haverá mudança radical na política de preços da estatal. O que a gente tem defendido é a construção de um sistema de política de preço que dê previsibilidade. Eu acho que a falta dessa previsibilidade foi a grande falha desse sistema, que funcionaria em situações normais, em que o aumento no preço do barril do petróleo fosse eventual", disse. "Com essa vulnerabilidade do barril do petróleo, com essa crise internacional com Oriente Médio, todo dia é uma gangorra. Isso cria uma distorção da política que eles fizeram que é de ação e reação. A linha traçada para a Petrobras pelo governo, de recuperação da estatal vai continuar", completou, dizendo que o governo "não vai manipular o preço do combustível".

Como mostrou o **Valor** na última segunda-feira, o governo já discutia os possíveis mecanismos para conter a volatilidade dos preços. Uma das ideias que surgiu, trazida pela própria companhia ainda sob o comando de Parente, foi a criação de um tributo flexível que seria cobrado a mais quando o preço na refinaria caísse e a menos quando subisse, preservando a estabilidade dos preços na bomba.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Fernando Torres, Estevão Taiar, Renato Rostás e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Suavização tem apoio, mas é solução limitada

Há quase um consenso, entre economistas e especialistas no setor de petróleo, de que é possível adaptar a política de preços de combustíveis da Petrobras, apontada como a principal razão para o movimento dos caminhoneiros que parou o país há duas semanas, e que culminou na saída de Pedro Parente da presidência da companhia.

Os pontos de acordo envolvem a criação de mecanismos que suavizem o repasse da volatilidade do petróleo no mercado externo e do dólar para o preço dos combustíveis na bomba, e que essa política anticíclica seja arcada pelo setor público, com transparência orçamentária.

Assim, ficaria protegido o balanço da Petrobras, que também tem acionistas privados e concorre no mercado global com empresas que vendem a commodity e seus derivados pela cotação internacional.

Há, no entanto, pelo menos três problemas com esse novo desenho de política que se propõe, e que se alinha com o modelo que o **Ministério de Minas e Energia (MME)** estuda adotar também para a gasolina. O primeiro é que, apesar de atacar o problema da variação abrupta de preços, esse novo modelo não reduz o valor absoluto de venda dos combustíveis na bomba, que tenderia a convergir para a cotação internacional, e também era uma das causas de insatisfação dos caminhoneiros e da população em geral, em relação à gasolina.

O segundo problema é a falta de disposição ou capacidade fiscal dos agentes públicos de contribuir para a solução do problema. Atolados em seus problemas fiscais, os governadores e seus secretários de Fazenda já revelaram resistência, por exemplo, em trocar a forma de tributação do diesel e da gasolina para um valor fixo por litro, em vez de um percentual, o que ajudaria a suavizar os efeitos das variações da commodity no preço final.

Se assim como os tributos federais (PIS/Cofins e Cide) o ICMS estadual fosse cobrado como um valor fixo sobre o litro do combustível, a cada 10% de alta no preço da refinaria, menos de 5% chegariam aos consumidores, o que já funcionaria como um amortecedor fiscal mesmo sem mudanças de alíquota.

O terceiro problema do modelo em estudo, que era caro ao ex-presidente da Petrobras Pedro Parente, é a ideia de que o preço de venda do combustível na refinaria da estatal fique congelado por períodos de 30 dias, como a própria estatal tentou fazer na virada de 2016 para 2017. Segundo o executivo argumentava, isso deixa a empresa exposta a arbitradores que importam combustível e tomam a fatia de mercado da Petrobras no segmento de derivados no período em que só ela não pode mexer nos preços. Uma possível saída para esse risco seria a estatal ser autorizada a reduzir o preço nesse intervalo de 30 dias, mas não a aumentar.

No quadro acima, o **Valor** tentou estruturar diferentes modelos de política de preço, com os efeitos para cada perspectiva: do setor de petróleo, da Petrobras, dos preços e o impacto fiscal.

Para um gestor de recursos de visão liberal que sintetiza a voz dos investidores do mercado acionário sobre essa discussão, por mais inteligente que sejam as pessoas envolvidas na criação de uma fórmula para controlar os preços dos combustíveis e todas as consequências, sempre haverá uma ponta solta. "Sempre que o governo tenta tomar o lugar do mercado para definir preço, dá errado."

Apesar do ceticismo "na bolsa de valores", a maior parte dos analistas consultados pelo **Valor** acredita numa solução de meio termo. A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, é uma das que defende a atenuação da variação dos preços. "A ideia é meramente suavizar, não é para impedir a alta dos preços", diz. "Variações muito acentuadas dão dor de cabeça, porque há um descasamento entre a pressão que os custos exercem e o repasse para os fretes. O timing é outro."

Medida que reduz frequência de reajuste de combustíveis não impede alta de valor de venda ao consumidor

Para Zeina, um exemplo desse tipo de instrumento é a própria Cide, cuja cobrança sobre o diesel foi zerada pelo governo federal nesta última crise. A economista lembra que a contribuição foi criada como um instrumento "regulatório e anticíclico": a cobrança aumentava quando os preços caíam e diminuía quando eles subiam. "Mas transformaram a Cide em um mero instrumento arrecadatário", afirma.

Para Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, embora "a filosofia geral" da política de reajustes quase diários adotadas por Pedro Parente na Petrobras tenha sido correta, "alguma atenuação" teria sido recomendável. "Não só da Petrobras, mas de Estados e União", diz.

Para ele, no caso da empresa, uma possibilidade seria manter os reajustes diários, mas calcular o preço com base em uma média móvel trimestral. "Mas claro que isso só daria uma amortecida. O preço do barril de petróleo subiu de US\$ 35 para US\$ 75", afirma.

Gesner também lembra que, na esfera federal, a Cide já teve o papel anticíclico que o governo quer ressuscitar agora. O problema é que esse papel foi perdido, com a Cide, já com alíquota zero no diesel, sem poder cumprir esse papel.

Aumentar a concorrência seria a maneira mais efetiva de garantir uma queda no preço dos combustíveis, segundo Gesner. Esse aumento poderia ser incentivado, por exemplo, por uma tabela de preços de referência mais flexível para os integrantes da cadeia de combustíveis e pela permissão para que produtores vendam etanol diretamente para os postos.

"O melhor fiscal de preço na bomba é a concorrência", afirma o sócio da GO Associados, lembrando que propostas semelhantes já foram feitas pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

O professor Ricardo Cabral Azevedo, do departamento de engenharia de minas e de petróleo da Escola Politécnica da USP, diz que "não é nada confortável para o país é a oscilação diária do combustível", o que justificaria, na visão dele, que o governo assumisse a tarefa de atenuar as oscilações. "Seria importante, sim, ter um amortecimento. O que não dá mais para fazer é descolar do mercado internacional totalmente. A Petrobras fez isso e segurou os preços por muito tempo e quase faliu dessa maneira. Agora está tentando se recuperar. E para que isso foi feito, segurar a inflação, talvez? Acho que os benefícios que [a política anterior] gerou foram poucos diante da catástrofe que causou."

Para Armando Castelar Pinheiro, coordenador de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), contudo, a simples suavização da oscilação dos preços não resolve a demanda dos caminhoneiros. "O que os caminhoneiros queriam era uma queda do preço, não o fim da volatilidade", afirma.

Já a redução do diesel por meio de um subsídio oficial de R\$ 0,46 por litro, anunciada pelo governo para interromper a greve, também pode se revelar de pouca utilidade para os caminhoneiros, na visão de Castelar.

Para ele, diante da lenta recuperação econômica e da grande capacidade ociosa do setor de transportes, em função de medidas de estímulo adotadas pelo governo no fim da década passada, a consequência do subsídio é que o valor dos fretes pode cair ainda mais. "A redução do preço do diesel não resolve o problema", afirma. "Quem contrata o serviço sabe que o combustível está mais barato e exige do caminhoneiro um preço menor."

Nesse contexto, diz Castelar, o governo tem uma margem de manobra restrita para resolver a questão. "Tudo isso que foi feito é um espantalho. O problema real é uma economia deprimida."

Em relação à hipótese de se atrasar os repasses de preços de maneira artificial, o economista diz que há um "custo de transição muito alto" com essa opção. "Se amanhã houvesse uma alta grande dos preços e isso fosse divulgado, hoje todo mundo encheria o tanque, o posto não ia querer vender. Se fosse uma queda dos preços, os postos ficariam totalmente vazios hoje e lotados amanhã. Então tem um custo de transição muito alto", diz. "E quanto mais o preço ficar parado, maior vai ser o tamanho da mudança."

Em nota divulgada na sexta-feira, a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) defendeu que qualquer política de preços que venha a ser definida não pode prever subsídios arcados pela Petrobras. Para a entidade, os conselheiros e diretores da estatal tem dever fiduciário com a empresa e "subsidiar preços de combustíveis não está entre os interesses públicos que levaram à criação" da companhia, hipótese em que eles estariam protegidos pela Lei das S.A. para não buscar a maximização do lucro. "Ao contrário: vender derivados abaixo do custo contraria não apenas a Lei das S.A., mas também a Lei do Petróleo e a Lei do Cade", diz a Amec.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Usinas temem que eventual mudança na metodologia afete etanol

A saída de Pedro Parente do comando da Petrobras colocou os produtores de etanol em alerta. Após o "tsunami" provocado pela greve dos caminhoneiros no mercado de combustíveis nos últimos dias, o receio imediato no setor é de que a troca de comando mude a política de precificação da gasolina A, que sai das refinarias da estatal, e que desde o início foi fortemente comemorada pelas usinas.

Nos últimos meses, os repasses diários dos preços internacionais dos derivados do petróleo à gasolina do mercado doméstico vinham favorecendo as usinas, já

que os preços do petróleo estão em franca ascensão. Com isso, a gasolina C, vendida nos postos, estava perdendo vantagem para o etanol.

Tanto que, no primeiro trimestre deste ano, as vendas de etanol hidratado das distribuidoras aos postos foram 44% maiores do que no mesmo período do ano passado, somando quase 4 bilhões de litros, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A competitividade do etanol hidratado nas bombas passou a fazer com que as usinas programassem destinar o máximo de cana possível desta safra para o biocombustível. O setor teme o fim dessa política. "O maior risco é termos irrealismo de preços", disse Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro.

Os usineiros estão em compasso de espera. André Rocha, presidente do Fórum Nacional Sucroenergético, acredita ser pouco provável que a Petrobras altere sua política de preços. Mas ressalta que a alta do dólar decorrente das turbulências já é negativa para as usinas que tem dívida no mercado internacional.

Já um executivo do setor ressalta que Parente não era o único fiador da atual política de preços e que toda a equipe - incluindo Ivan Monteiro, escolhido para ser o CEO interino -, além do conselho têm um compromisso com a saúde financeira da Petrobras. "Parente foi mais político do que executivo", avalia.

Para Nastari, a possibilidade de se utilizar uma Cide com alíquota flexível como um "colchão" tarifário para absorver as oscilações do mercado internacional seria a melhor solução "não só para o setor sucroalcooleiro, mas para a sociedade". "A política de realismo tarifário é inconsistente com a estabilidade do preço na bomba? Não, desde que se tenha um tributo compensatório", defendeu.

No saldo até agora, a redução do diesel favorece as usinas. O combustível é o principal custo do setor. Na sexta-feira, as ações da Cosan - que controla a Raízen Energia junto com a Shell - fecharam em baixa de 0,77%, em R\$ 38,50; os papéis da Biosev caíram 1,07%, em R\$ 3,69; enquanto os da São Martinho fecharam em alta de 0,57%, em R\$ 17,62.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Angela Bittencourt

Título: Risco aumenta e não se descarta um double dip

O governo Temer tem sete meses pela frente. É pouco tempo para conquistar aliados, mas o suficiente para promover uma guinada na política econômica. A saída de Pedro Parente do comando da Petrobras é passe livre para a adoção de medidas de forte apelo popular. Embora a redução seguida de congelamento do preço do diesel tenha atendido à reivindicação dos caminhoneiros para encerrar a greve da categoria, a revisão do preço da gasolina e do gás de cozinha - se ocorrer - será comemorada por um contingente bem maior de brasileiros. E eleitores.

O risco para a recuperação da economia aumentou consideravelmente nos últimos dias como se vê no comportamento de vários indicadores. A taxa de juro de longo prazo voltou a superar 12% ao ano e, ante inflação inferior a 3%, contrata uma explosão do juro real; a taxa de câmbio segue sob pressão e, para alguns especialistas, caminha para R\$ 4,00; as estimativas para o crescimento deste ano estão sendo cortadas para cerca de 1,50%, sendo que até recentemente oscilavam entre 2,7% a 3,0%; o risco país sobe; os investidores estrangeiros já carregam posições compradas em instrumentos cambiais - contratos de dólar futuro e juro em dólar - acima de US\$ 25 bilhões na BM&F. Esses dados formam o pano de fundo da corrida eleitoral que acena com o resultado mais incerto que se tem notícia no Brasil. E retratam a deformidade persistente entre as expectativas do setor privado e os vícios do setor público.

O comportamento das ações da Petrobras e da Eletrobrás na bolsa é mais um dado relevante. Mais que preocupação de grandes investidores com a saída de Pedro Parente da presidência da petroleira - a despeito da promoção sensata do respeitado Ivan Monteiro para o posto -, o tombo das gigantes estatais sugere que a Petrobras está sujeita a interferência política, enquanto a Eletrobrás ainda não se livrou dela.

Indenizações e 'novos' servidores sinalizam nó fiscal

Herança mais contundente do governo Temer para o próximo presidente, o teto de gastos do setor público poderá ser desmontado pela conveniência, pois sem a reforma da Previdência o teto não será cumprido e o presidente da República - seja quem for - arriscará ser acusado por crime de responsabilidade, sujeito a perder o cargo.

Não é preciso longa memória para constatar que o Brasil está em um momento crítico. À exceção da queda forte da inflação e do juro, a melhora de cenário escancarada há quase dois anos pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foi tragada pela deterioração do ambiente econômico, inclusive com a ajuda externa, mas sobretudo pela deterioração das condições políticas.

Às vésperas do 2º aniversário do atual governo - definitivo a partir de final de agosto de 2016 - o Brasil sofre as consequências da inusitada greve dos caminhoneiros que trancou cadeias de produção importantes para a geração de insumos destinados a vários ramos da indústria. E sem que a desmobilização dos caminhoneiros - atendidos em todos os pedidos pelo governo - garantisse a retomada imediata da atividade.

O reabastecimento da produção será lento, como demonstra o repórter Renato Rostás ao informar que pelo menos 11 altos-fornos foram abafados por usinas siderúrgicas durante a greve dos caminhoneiros. A parada também atingiu 10 aciarias e 15 laminações. O forno religado pode demorar de 10 a 15 dias para voltar a produzir, mas esse período pode chegar a 30 dias, dependendo do quão moderno é o equipamento. O setor químico e petroquímico, mesmo recebendo matérias-primas por dutos, deverá perder 25% do faturamento líquido de maio.

A reação do setor real dependerá, contudo, da repercussão de uma série de propostas que estão no Congresso e ameaçam dar um nó nas contas públicas. O governo Temer parece ignorar um princípio: para sair do buraco é preciso parar de cavá-lo.

O cenário fiscal desbalanceado, além de deficitário - herança para o futuro presidente - poderá acelerar a revisão de projeções para o crescimento de 2019 para menos de 2%, com efeito na arrecadação. O crescimento é tímido. Mas a depender das próximas decisões que Brasília reserva ao país, ou ausência delas, de hoje até o fim do ano, não se deve descartar ouvir com maior frequência o termo "double dip", em tradução livre, duplo mergulho, que é quando a economia, depois de sair de uma recessão, cresce por algum tempo, mas volta a afundar em outra recessão.

Entre outras propostas que foram para o Congresso está a que prevê indenização "temporária" de policiais federais que trabalham durante os "repousos remunerados". Isso, porque a Polícia Rodoviária Federal (PRF) teve que ampliar o efetivo nas estradas durante a greve dos caminhoneiros. Está prevista, por remanejamento de dotação orçamentária, despesa de R\$ 16,8 milhões este ano e de R\$ 57,6 milhões no biênio 2019/2020.

Outra MP é a que propõe a prorrogação do prazo de adesão ao "Refis do Funrural" até 30 de outubro. O prazo anterior era 30 de maio. Portanto, os interessados em parcelar dívidas tributárias - com redução de 100% sobre multas de mora e encargos - ganharam mais cinco meses para requerer entrada no programa. Também poderão ser usados créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para pagar a dívida parcelada.

Sem previsão de impacto financeiro, o Senado aprovou a MP 817, que trata do enquadramento de servidores dos ex-Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia em carreiras do Executivo Federal. Esse enquadramento poderá custar mais de R\$ 50 bilhões nos próximos dez anos. A MP ampliou as possibilidades de inclusão para novas situações de vínculo às carreiras do Executivo. Mais de 30 mil servidores serão beneficiados. Estão incluídos entre os beneficiários servidores não efetivos do setor público. Poderá ocorrer enquadramento em cargos de Auditoria e Fiscalização das carreiras de Planejamento e Orçamento e também de Finanças e Controle.

Angela Bittencourt é jornalista e escreve às segundas-feiras.

E-mail: angela.bittencourt@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Murillo Camarotto e Fabio Graner | De Brasília

Título: ANP estima barris excedentes em até 17,2 bilhões

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) enviou em abril ao Tribunal de Contas da União (TCU) os dados de um laudo que projeta a existência de até 17,2 bilhões de barris de óleo recuperáveis nas reservas excedentes da cessão onerosa do pré-sal. O volume é quase 15% superior ao que a própria agência havia divulgado em novembro do ano passado.

As duas estimativas foram feitas pela certificadora americana Gaffney, Cline & Associates, que foi contratada pela ANP para calcular o potencial das reservas. A agência não confirmou, no entanto, se os números enviados ao TCU são mais recentes do que os divulgados no final de 2017, que estimam reservas entre 6 bilhões de barris e 15 bilhões de barris.

As projeções da ANP deveriam ser comparadas às da Petrobras, que foram confiadas a outras certificadoras americana, mas que nunca foram divulgadas. O **Valor** apurou que as duas partes negociaram no passado a apresentação de uma projeção de consenso, mas não há confirmação de que isso tenha acontecido.

As reservas excedentes serão objeto do megaleilão pelo qual o governo espera arrecadar ao redor de R\$ 100 bilhões. Como a expectativa de receitas do certame é baseada em um preço pré-estabelecido para o barril, a eventual confirmação de reservas maiores pode representar mais dinheiro para os cofres do Tesouro Nacional - que quer usar o dinheiro para reduzir o déficit fiscal.

No laudo enviado ao TCU, a empresa americana apresenta três cenários para as reservas. No mais conservador, o volume na área excedente da cessão onerosa é de 8,3 bilhões de barris equivalentes. No intermediário, a expectativa é pela existência de 13,4 bilhões de barris. No cenário mais otimista, o volume estimado chega a 17,2 bilhões de barris.

Antes de organizar o leilão, no entanto, o governo terá que chegar a um acordo com a Petrobras para a revisão do contrato da cessão onerosa, assinado em 2010. Na ocasião, a companhia pagou R\$ 74,8 bilhões pelo direito de explorar 5 bilhões de barris de óleo em seis campos do pré-sal.

O contrato, no entanto, tem uma cláusula que permite a revisão dos valores, que dependerá, entre outras coisas, da variação do preço do barril no mercado internacional. Como a cotação caiu desde a época da celebração do contrato, a Petrobras alega ter direito a um ressarcimento, mas o martelo ainda não foi batido.

Quando constatou-se que os campos da cessão onerosa abrigavam muito mais do que 5 bilhões de barris, a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff decidiu contratar a Petrobras sem licitação para explorar os volumes remanescentes. A iniciativa esbarrou no TCU, que determinou que a contratação direta da estatal só pode ser feita após a revisão do contrato de cessão onerosa.

"Importante observar que apesar do objeto da contratação direta estar direcionado aos volumes excedentes à produção do regime de cessão onerosa, essa nova outorga é dependente da conformação definitiva do contrato de cessão onerosa, que se encontra em fase de revisão e, em consequência, pode apresentar alteração dos volumes contratados, dos valores e das áreas de produção", disse à época o TCU.

A venda direta dos excedentes para a Petrobras é uma alternativa que foi colocada nas reuniões do governo, mas não é a favorita, porque dependeria de um acordo entre a estatal e a União sobre o tamanho das áreas e também da capacidade de alavancagem da companhia. A maioria da área econômica prefere levar as áreas excedentes a leilão, de forma que outras empresas do setor participem da concorrência, o que pode elevar os preços e, consequentemente, a arrecadação da União.

As negociações para a revisão do contrato de cessão onerosa seguem bastante acirradas, apesar de o governo já ter admitido que terá que reembolsar a Petrobras. Ainda assim, a Advocacia-Geral da União (AGU) foi convocada para mediar um dos itens da negociação, cujos detalhes são mantidos sob forte sigilo.

O caminho para o acordo pode passar pela aprovação do Projeto de Lei 8.939/17, do deputado José Carlos Aleluia, que autoriza a Petrobras a buscar parceiros para a exploração dos 5 bilhões de barris da cessão onerosa. A expectativa é de que a matéria seja aprovada pela Câmara esta semana.

Fontes no governo acreditam que a saída de Pedro Parente terá pouco efeito sobre as negociações, já que o seu substituto, Ivan Monteiro, também vinha participando das reuniões e está a par da situação. Parente foi citado como defensor inflexível da obrigação de ressarcimento da estatal.

A AGU foi chamada à mesa depois que a comissão interministerial montada para buscar um entendimento chegou ao fim prazo sem uma solução de consenso. O formato do pagamento à Petrobras, por exemplo, não ficou definido, cogitando-se, inclusive, na possibilidade de que seja feito em barris de petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Murillo Camarotto e Fabio Graner | De Brasília

Título: PL facilita acordo entre União e estatal

Ainda sem um acordo para a revisão do contrato de cessão onerosa do pré-sal, governo e Petrobras acreditam que a aprovação do Projeto de Lei 8.939/17 ajudará a destravar as negociações. Colocada em regime de urgência, a matéria deve ser votada ainda esta semana pela Câmara dos Deputados.

De autoria do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), o projeto dá sinal verde para a Petrobras repassar parte dos 5 bilhões de barris que adquiriu da União em 2010 mediante o pagamento de R\$ 74,8 bilhões em ações. Devido à variação do preço do barril nos últimos oito anos, a estatal teria valores a receber do governo, mas ainda não houve acordo. No governo também há simpatia à proposta.

O projeto de lei pode viabilizar um acordo entre as partes porque a Petrobras já disse para o governo que aceita receber o pagamento em óleo, desde que tenha condições de monetizar os barris. Isso pode acontecer mediante a venda dos direitos de exploração ou pela formação de consórcio com parceiros privados para tirar o petróleo do fundo do mar.

O que a direção da estatal não quer é receber o pagamento em barris e não ter condições de investir para viabilizar a produção.

"Nossa expectativa é de que o texto seja aprovado e acreditamos que, com isso, um acordo entre a União e a Petrobras será possível", disse Aleluia ao **Valor**. "Ao atrair parceiros, a Petrobras terá condições de explorar toda a área", completou o parlamentar.

Ele costurou a votação da matéria com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que é do mesmo partido. O relator do projeto em plenário será o deputado Fernando Filho, também do DEM, ex-ministro de Minas e Energia.

Aleluia explicou que algumas emendas serão apresentadas para atualizar o projeto, que é do ano passado. Segundo ele, as emendas servirão para definir os direitos e obrigações de Petrobras e União no novo desenho.

A partir de um eventual acordo, o governo poderá organizar o megaleilão das áreas excedentes, ou seja, que ultrapassam o limite de 5 bilhões da cessão onerosa. O desejo tanto da equipe econômica quanto da Petrobras é de que o certame ocorra ainda este ano. O calendário, porém, está apertado.

A crise iniciada com a greve dos caminhoneiros e reforçada na "renúncia" de Pedro Parente tornou o leilão ainda mais importante para as finanças da Petrobras, que na semana passada perdeu R\$ 40 bilhões em valor de mercado. O governo também tem pressa em promover o leilão para reduzir o déficit fiscal com a receita arrecadada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: or Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Crise atinge venda de ativos em refino

A renúncia de Pedro Parente à presidência da Petrobras atinge em cheio o recém-lançado plano de desinvestimentos da companhia na área de refino. A credibilidade do programa, pelo qual a empresa pretende se desfazer de uma participação de 60% em quatro refinarias, cedendo 25% do mercado de refino do país, era baseada na política de preços dos combustíveis implementada pelo executivo e que foi justamente o motivo da crise que levou à sua demissão.

"Já afetou [o programa de venda de ativos de refino]. Se houver alguma empresa interessada em ser parceira da Petrobras, ela vai esperar a implantação de uma outra regra [para os preços dos combustíveis], porque o que se fez agora com o diesel foi um remendo", disse o professor do Instituto de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Hélder Queiroz. "A Petrobras, ou o próprio governo, já deve ter se dado conta

de que está suspenso o processo de reestruturação no refino. Dado inclusive que é um ano eleitoral e o governo só tem mais seis meses, a decisão de investimento ficou realmente impactada", completou ele.

Após meses de discussões internas na Petrobras e de expectativa no mercado, a Petrobras anunciou em abril o modelo de desinvestimentos em refino. A proposta é vender 60% em dois blocos regionais, um no Nordeste e outro no Sul. No Nordeste, serão colocadas à venda as participações nas refinarias Rnest (PE) e Rlam (BA). Já no Sul, serão ofertadas ao mercado as fatias na Repar (PR) e Refap (RS).

Fontes do mercado estimam que a estatal arrecade até US\$ 5 bilhões com a venda dos dois blocos.

No evento de divulgação da proposta da modelagem de venda de ativos em refino, ocorrida na sede da FGV, no Rio, para uma plateia formada por especialistas do setor, executivos de petroleiras privadas e representantes da ANP, Parente havia reforçado a importância da política de preços de combustíveis, alinhada aos preços internacionais, para dar credibilidade ao mercado de refino do país.

"Temos que mostrar que o país está convicto sobre a política de preços [da Petrobras], porque é uma variável fundamental, peça-chave [para atrair investimentos]. A empresa não tem outro caminho se não essa prática de preços. Sem ela, ou a companhia toma prejuízo ou perde market share [na distribuição]. Qualquer interferência espúria nisso [nos preços], traz prejuízos à companhia", disse Parente, na ocasião.

A indicação do diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Ivan Monteiro, para acumular interinamente a presidência da Petrobras pode amenizar o impacto no plano de venda de ativos em refino. Analistas de mercado, porém, ainda enxergam com cautela a possibilidade de manutenção do pragmatismo da atual política de preços dos combustíveis da companhia.

"A recente greve dos caminhoneiros no Brasil, fora do controle da empresa [Petrobras], levantou preocupações sobre sua capacidade de continuar a aplicar de forma pragmática sua política de preços de combustíveis daqui para frente", destacou o Santander em relatório distribuído a clientes.

Outra negociação que pode ser afetada por incertezas com relação à política de preços de combustíveis é a possível parceria entre a estatal e a chinesa CNPC para a retomada das obras da refinaria do Comperj, em Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Por Marcelo Ribeiro, Rafael Bitencourt e Carla Araújo | De Brasília****Título: Governo não prorroga ação do Exército nas rodovias**

O governo federal não prorrogará o decreto que convocou as Forças Armadas para a liberação de rodovias que foram bloqueadas durante a greve dos caminhoneiros. A decisão foi informada ontem pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sérgio Etchegoyen, após reunião do grupo de monitoramento da retomada do abastecimento.

O decreto de Garantia de Lei e Ordem (GLO) foi editado, em 25 de maio, para desobstruir as estradas e enfrentar a crise de abastecimento. Sua validade acaba hoje. "Não há nenhum elemento que sugira a prorrogação da GLO. A decisão é encerrá-la amanhã", garantiu Etchegoyen.

O governo não pretende, porém, desmobilizar o comitê anticrise. Haverá reuniões "até que todos os aspectos da questão estejam sanados e resolvidos" e "os compromissos sejam cumpridos".

Sobre os rumores de que foi convocada nova greve geral nesta segunda-feira, o ministro do GSI disse que o governo está monitorando a situação sem fazer alarde. "Obviamente, há que ser acompanhado. O governo não lida com boatos, mentiras, inverdades e imprecisões. Há um movimento na mídia e um acompanhamento nosso".

O ministro do GSI afirmou que o país está voltando à normalidade, quadro que "não tende a ser modificado". A garantia de retomada à normalidade da oferta de combustíveis para população é acompanhada por técnicos do Ministério de Minas e Energia com o apoio de distribuidores e revendedores.

O fim da paralisação e a demissão de Pedro Parente foram temas lembrados durante jantar árabe oferecido pelo presidente Michel Temer no Palácio do Jaburu no sábado à noite. Os pré-candidatos à presidência, Henrique Meirelles, do MDB, e Rodrigo Maia, do DEM, eram alguns dos presentes.

O ministério das Minas e Energia, horas depois ao anúncio da saída de Pedro Parente do comando da Petrobras, confirmou que abrirá o debate sobre a política de preço dos combustíveis. A posição foi informada para reduzir os rumores de que a demissão havia sido provocada por críticas do **ministro Moreira Franco** e pressões para modificar a fórmula de cálculo dos preços. Moreira não apareceu na linha de frente do governo para dar satisfação sobre a crise iniciada com o movimento contra o reajuste diário do diesel. Mas passou a

defender uma nova "política de amortecimento dos preços dos combustíveis ao consumidor".

Sem mencionar a demissão de Parente, a nota buscou esclarecer que "a Petrobras teve e tem total autonomia para definir sua própria política de preços" e que o debate servirá para criar um mecanismo para proteger o consumidor da volatilidade dos preços dos combustíveis nas bombas, contendo um "colchão" para amortecer impactos do câmbio e do preço internacional do barril.

Ainda na sexta-feira, Márcio Félix, o secretário-executivo do ministério, defendeu maior racionalidade para o sistema de preços de combustíveis com a adoção de uma alíquota "flutuante" para os tributos. A ideia é permitir que as alíquotas de impostos, federais e estaduais, diminuam quando os preços da gasolina e do diesel nas refinarias estiverem elevados. **(Colaborou Fabio Murakawa)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Rafael Rosas, Rodrigo Polito e Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Em 2 anos, Parente e Monteiro trabalharam para recuperar imagem e caixa da Petrobras

A gestão de Ivan Monteiro na presidência da Petrobras tende a ser de continuidade da que vinha sendo conduzida por Pedro Parente. Não à toa, a escolha do governo pelo nome do diretor Financeiro e de Relações com Investidores da petroleira foi uma tentativa de acalmar o mercado, após a companhia ter perdido cerca de R\$ 40 bilhões na última sexta-feira na bolsa B3. Bem avaliado pelos analistas de mercado, Monteiro é considerado responsável por boa parte do sucesso da melhora no perfil da empresa nos últimos anos.

Parente, porém, deixa para seu sucessor uma companhia mais arrumada do que há dois anos, quando o ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso assumiu a petroleira. A Petrobras era então uma empresa ainda envolta em desconfianças geradas pela Lava-Jato e amargava uma realidade de dívida elevada e dificuldade de impulsionar um programa de venda de ativos fundamental para reduzir a alavancagem financeira.

De lá pra cá, Parente, que encontrou e manteve Monteiro na diretoria financeira, conseguiu expressiva redução da dívida, que passou de R\$ 369,5 bilhões para R\$ 270,7 bilhões, enquanto a alavancagem caiu de 5,03 vezes da dívida líquida/Ebitda para 3,52 vezes, já pelos dados ajustados pela empresa. O programa de venda de ativos também ganhou velocidade desde a chegada do

executivo, totalizando US\$ 13,6 bilhões no fim de 2016 e US\$ 4,5 bilhões no ano passado.

A confiança do mercado na administração que já contava com Monteiro à frente da diretoria que obtinha resultados favoráveis na redução da dívida se solidificou de vez com a adoção de uma nova metodologia de reajustes de preços dos derivados. A partir de outubro de 2016, a petroleira inaugurou uma precificação baseada na paridade internacional, movimento que se intensificou em julho do ano passado, quando a empresa passou a anunciar os reajustes com frequência inclusive diária.

A herança de Parente passa agora pela administração do futuro dessa política de preços. Se por um lado a frequência diária e adoção da paridade completa contribuíram para a confiança dos investidores, por outro, virou alvo da greve de caminhoneiros que durou dez dias e afetou serviços básicos em todo o país. Caberá a Monteiro manter o trabalho que vinha sendo feito, com o adicional de ter que chegar ao meio termo sustentável no longo prazo que signifique preços que não tragam perdas para a petroleira, mas que também não pressionem consumidores finais.

Por mais que os executivos da petroleira não tenham se furtado a explicar que a maior parte da composição dos preços nas bombas venha da carga tributária e não dos preços nas refinarias, Parente e a política de reajuste da estatal se viram no olho do furacão nas últimas semanas. Desde julho, quando começaram os reajustes diários, o preço da gasolina nas refinarias acumula alta de 49,71%, enquanto o diesel subiu 49,92% (32% já considerando os subsídios aplicados pelo governo).

Na semana retrasada, o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, informou que Parente já andava com carta de demissão em mãos, em reuniões que estava realizando com o governo. Na ocasião, porém, a estatal informou que, naquele momento, ele não tinha intenção de pedir demissão.

Antes de chegar à Petrobras, Parente se notabilizou por ter assumido a coordenação da equipe que lidou com a crise do racionamento de energia em 2002. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi ministro Chefe da Casa Civil e depois interino de Minas e Energia. Depois de deixar o governo, foi presidente da Bunge no Brasil. Desde abril deste ano, acumulava a presidência do conselho da administração da BRF.

Parente iniciou a carreira no serviço público no Banco do Brasil em 1971, e em 1973 foi transferido para o Banco Central, em ambos por concurso público. Foi consultor do Fundo Monetário Internacional e de instituições públicas no país, incluindo Secretarias de Estado e a Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Atuou em diversos cargos na área econômica do governo. Também foi vice-presidente do Grupo RBS entre 2003 a 2009 e diretor-presidente da Bunge Brasil de janeiro de 2010 a abril de 2014.

Monteiro é reconhecido por ter perfil técnico. A expectativa de fontes ouvidas pelo **Valor** é de que o novo presidente, ainda na condição de interino, dará continuidade ao trabalho de Parente. Mas, na própria sexta-feira, foi convidado para ficar à frente da estatal. Isso ainda passará por aprovação do conselho de administração..

"Acho que se fosse para ser diferente disso, ele não teria aceitado o cargo", diz um alto executivo próximo a Monteiro. Pessoas que conhecem os dois executivos identificam semelhanças no trabalho de ambos, especialmente pelo foco em resultados. A diferença é que Parente já era um profissional mais conhecido do mercado e também do grande público, especialmente por sua atuação à frente do governo FHC na condução da crise do "apagão". "Quando o Parente assumiu [a Petrobras], o Ivan já vinha fazendo um importante trabalho de desalavancagem, o que foi reconhecido", diz a fonte.

Com um perfil reservado e formação técnica, Monteiro chegou à Petrobras egresso da vice-presidência de finanças, mercado de capitais e relações com investidores do Banco do Brasil (BB), em 2015. Ao lado de Aldemir Bendine, então presidente da estatal, Monteiro fazia parte da equipe que iria substituir a gestão de Graça Foster, quando a empresa vivia a crise das denúncias da operação Lava-Jato.

Ao contrário do antigo presidente da Petrobras, hoje preso e condenado pelo juiz Sérgio Moro, Monteiro é reconhecido por pessoas próximas por não ter ligações políticas. "Todos sabiam que Bendine era político, ele não tinha uma carreira brilhante para chegar onde chegou, ao contrário do Ivan, que foi o 'carregador de piano'", disse um profissional que trabalhou com Monteiro.

A indicação não causou estranhamento, já que é comum que em grandes empresas o diretor financeiro assuma o cargo em casos de situações de emergência ou afastamento do presidente.

Pessoas próximas a Monteiro o veem como um profissional dedicado e íntegro. "Ele tem capacidade de se manter focado o tempo todo", diz uma pessoa que trabalhou com o executivo no BB. Essa capacidade técnica é suficiente para compensar a não formação na área de óleo e gás, e entender as particularidades do setor, garante.

Na Petrobras, Monteiro, além de assumir a missão de reduzir o endividamento da Petrobras e ajudar na execução do plano de desinvestimentos, encabeçou o

IPO (oferta pública de ações, na sigla em inglês) da BR Distribuidora. Antes de assumir a Petrobras, foi cogitado como um dos preferidos para a presidência da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, mas o cargo foi assumido por Dan Conrado, outro executivo do banco estatal.

Monteiro nasceu em Manaus (AM) em 1960 e é graduado em engenharia eletrônica e telecomunicações pelo Instituto Nacional de Telecomunicações, em Minas Gerais. Também possui MBAs nas áreas de finanças e gestão. Entre os cargos que exerceu no Banco do Brasil estão a direção da BB Investimentos e da área de cartões. Também atuou pela instituição na Europa e nos Estados Unidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Troca na Eletropaulo

A troca de controle da Eletropaulo é positiva para o rating da companhia, uma vez que a elétrica passaria a ser parte do grupo italiano Enel, afirmou a agência de classificação de risco Fitch. No pregão de sexta-feira, as ações ordinárias da Eletropaulo encerraram com alta de 26,29%, a cotadas a R\$ 44,45. Na quarta-feira, a Enel fez uma oferta de R\$ 45,22 por ação para compra do controle da distribuidora, representando prêmio de quase 30% em relação ao fechamento do papel naquele dia. Após a conclusão da transferência do controle, a Enel consolidará a Eletropaulo e se tornará a maior companhia no setor de distribuição.

Vendas da Eletrobrás

A Eletrobrás confirmou na sexta-feira que o despacho presidencial que contém o projeto de lei para destravar a venda das suas seis distribuidoras foi encaminhado ao Congresso Nacional. **O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, já havia informado na véspera que o texto seria encaminhado e que continha "itens essenciais" para viabilizar a privatização das distribuidoras no Norte e Nordeste. A Eletrobrás tem até 31 de julho para a privatização. Caso contrário, serão liquidadas, gerando custo de R\$ 21,5 bilhões.

Petróleo volta a ceder

Os Estados Unidos ameaçam ultrapassar a Rússia como maior produtor mundial de petróleo. O avanço americano tem levado a especulações de que o acordo

entre a Organização de Países Produtores de Petróleo (Opep) e outros grandes exportadores, incluindo a própria Rússia, possa ser revisto e, com isso, a extração volte a crescer globalmente. O WTI para entrega em julho fechou em queda de 1,8% a US\$ 65,81 o barril na News York Mercantile Exchange. O Brent para agosto terminou a sexta-feira com recuo de 1% a US\$ 76,79 o barril na ICE Futures, em Londres. Na semana, o WTI acumulou perda de 3%, enquanto o referencial europeu teve alta de 0,46%.

Supermercados perdem

Os supermercados do país perderam R\$ 513 milhões em vendas entre os dias 26 e 30 de maio, em decorrência da greve dos caminhoneiros, segundo levantamento da Neogrid e da Nielsen. O índice de ruptura, que mede a falta de produtos nas gôndolas, aumentou 50% de 21 a 30 de maio, segundo estudo das duas empresas. O indicador da Neogrid e da Nielsen considera 25 mil lojas de supermercados no Brasil. Até o início da paralisação das estradas, no dia 21, a média de ruptura no mês de maio era de 7,1%. No dia 30, o indicador chegou a 10,6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Fundo TPG conclui a aquisição das linhas da Abengoa

O fundo americano TPG (antigo Texas Pacific Group) efetuou na última semana o pagamento pela aquisição da participação da espanhola Abengoa em sete linhas de transmissão em operação no Brasil, somando cerca de 3.500 quilômetros de extensão e receita anual permitida (RAP) de R\$ 476 milhões. O **Valor** apurou que o grupo tem interesse em avaliar a aquisição da fatia dos sócios nesses empreendimentos, além de estudar outras oportunidades em infraestrutura no país.

O valor total da aquisição foi de R\$ 482,5 milhões. Com o ajuste da inflação a partir de janeiro deste ano, o valor final ficou em R\$ 487 milhões. Desse montante, já foram desembolsados cerca de 80%. O restante será pago após a análise do balanço financeiro das linhas.

O pagamento foi viabilizado após a aprovação da Aneel para a transferência da titularidade da participação nas linhas e do aval do BNDES para a substituição da empresa responsável pelos financiamentos relativos aos empreendimentos. As duas aprovações foram concedidas recentemente.

O processo teve início em fevereiro de 2017, quando a TPG demonstrou interesse pelos ativos operacionais da Abengoa, que estava em recuperação judicial no Brasil. O fundo então apresentou proposta vinculante pelas linhas, no valor de R\$ 400 milhões, o que viabilizou a realização do leilão judicial dos empreendimentos, no qual o TPG teve direito a cobrir eventuais propostas que surgissem. No fim, o fundo venceu o certame com a proposta de R\$ 482,5 milhões, além da assunção de cerca de R\$ 1,3 bilhão em dívidas. O TPG contratou o banco Modal para fazer a assessoria financeira do negócio.

Com o fechamento da operação, o TPG já está tratando das nomeações de diretores e conselheiros nas sociedades de propósito específico (SPEs) responsáveis pelas linhas adquiridas. A companhia também está realizando reuniões de relacionamento com seus novos sócios nos empreendimentos. O **Valor** apurou que, caso os sócios tenham intenção de vender suas fatias nas linhas, o TPG tem interesse em avaliar a oportunidade.

O caso mais conhecido nesse sentido é o da Norte Brasil Transmissora de Energia (NBTE), um dos linhões que fazem a ligação das usinas do Rio Madeira, em Rondônia, à Araraquara (SP), de 2.375 quilômetros de extensão. O TPG passou a deter 51% do empreendimento, no qual a Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás, possui os 49% restantes. Essa participação, contudo, foi incluída pela estatal no plano de desinvestimentos em SPEs, cujo leilão está previsto para ocorrer nos próximos meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério de ferro

A commodity abriu o mês de junho em alta, registrando valorização de 1,29% no porto chinês de Qingdao, para US\$ 66,16 a tonelada, segundo o índice da Metal Bulletin. O avanço foi beneficiado pelos ganhos dos produtos brasileiros, que compensaram as perdas nos mercados futuro e portuário da China. No ano, a cotação da commodity ainda acumula queda de 8,88%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Por Luiz Henrique Mendes e Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Parente pode ser definido como CEO da BRF ainda nesta semana

A renúncia da presidência da Petrobras, anunciada na sexta-feira, abriu caminho para que Pedro Parente assuma o cargo de CEO da BRF, como esperam analistas e fontes próximas à companhia. A decisão sobre a condução do executivo ao comando da empresa de alimentos poderá ser tomada já nesta semana, conforme apurou o **Valor**.

Tão logo a notícia da renúncia se espalhou, o mercado deixou clara a sua aposta e as ações da BRF dispararam na B3. Os papéis fecharam a sessão com alta de 9,2%, e o valor de mercado da companhia registrou aumento de R\$ 1,6 bilhão, para R\$ 19 bilhões. As ações movimentaram mais de R\$ 314 milhões na sexta-feira, ante uma média diária de R\$ 190 milhões desde o início do ano.

Mesmo antes de Parente anunciar sua saída da Petrobras, já existia expectativa de que ele pudesse assumir a presidência-executiva da BRF. Um dos motivos que alimentaram essa possibilidade foi o fato de o processo de seleção para o cargo de CEO, vago desde a renúncia de José Aurélio Drummond em meio às negociações que levaram à eleição de Parente à presidência do conselho, não ter sido sequer iniciado depois que o novo colegiado foi escolhido. O diretor financeiro Lourival Luz está como presidente interino desde então.

Parente foi eleito presidente do conselho de administração da BRF em 26 de abril. A indicação de seu nome encerrou uma disputa entre os acionistas - com as fundações Petros e Previ de um lado e Abilio Diniz e Tarpon, de outro - pelo comando do colegiado.

Se assumir como CEO da BRF, Parente terá um salto em sua remuneração. O pacote anual de remuneração da diretoria da Petrobras em 2017 foi de R\$ 25 milhões, dividido entre oito membros, sendo o maior pagamento foi de R\$ 2,35 milhões - a estatal ainda não atualizou o formulário de referência com a previsão para 2018.

Na BRF, o pacote total da diretoria aprovado pela assembleia de acionistas é de R\$ 77,14 milhões em 2018, para uma equipe com seis participantes. O maior salário fixo previsto é de R\$ 2,6 milhões. A estimativa de fontes de mercado é que o presidente da companhia recebe anualmente entre salário, benefícios, bônus e opções, de R\$ 8 milhões a R\$ 12 milhões.

A principal diferença entre as companhias está nos bônus e o no plano de opções, que são adotados na BRF e não existem na Petrobras. Os executivos da estatal são remunerados apenas por salários fixos.

Quando aceitou assumir a presidência do conselho de administração da BRF, Parente gerou uma modificação no pacote total de remuneração dos administradores da empresa. Antes da definição do nome do executivo, o

pacote total para 2018 era de R\$ 86,6 milhões, dos quais R\$ 9,15 milhões seriam dedicados ao conselho de administração. Após sua indicação, o plano total subiu para R\$ 93,1 milhões, com o valor definido para o colegiado elevado a R\$ 15,2 milhões.

Para assumir a presidência do conselho da BRF, Pedro Parente abriu mão do conselho da B3.

Como é típico em companhias privadas de grande porte, a BRF atrela a maior parte do pacote de remuneração de seus executivos ao cumprimento de metas e ao plano de opções. Em anos como 2016 e 2017, quando não houve pagamento de bônus em função dos fracos resultados, a remuneração fixa respondeu por mais da metade do montante efetivamente pago - o restante foi em opções de ações. Em 2015, ano em que o desempenho operacional da empresa foi forte, o salário não representou mais de um terço do total recebido pelos executivos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Por Fernanda Pressinott | De São Paulo

Título: Venda de etanol de usinas aos postos diminuiria os custos, mas geraria riscos

O caos em que se transformou a distribuição de combustíveis no país durante a greve dos caminhoneiros jogou luz a algumas propostas de venda direta de etanol das usinas aos postos espalhados pelo país, reunidas em projetos de lei em análise no Congresso e fortalecidas por um parecer favorável do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Além de minimizar a escassez do biocombustível nas bombas, os projetos defendem que seus preços poderão diminuir, já que haverá menos escalas na logística de entrega se as usinas não forem obrigadas a entregar seu produto às distribuidoras. E cálculos do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq-Log) corroboram essa tese: em São Paulo, que concentra a maior parte das unidades sucroalcooleiras do país, a redução pode ultrapassar 30%, levando-se em consideração apenas os custos de transporte rodoviário.

Segundo cálculos de Thiago Guilherme Péra, pesquisador e coordenador da Esalq-Log, o custo de transporte médio no Estado para levar o etanol das usinas aos postos, passando pelas distribuidoras, foi de R\$ 89,09 por metro cúbico em 2017. Caso o etanol hidratado tivesse sido comercializado diretamente entre as usinas e os postos, o custo médio teria recuado para R\$ 60,77 por metro cúbico.

A questão percebida é que as bases de distribuição não estão necessariamente perto dos consumidores e nem perto das usinas produtoras. "Em regiões de grande produção de etanol hidratado é muito comum uma logística antieconômica, uma vez que o etanol sai de um município produtor, percorre muitas vezes grandes distâncias e depois retorna para o mesmo município", afirma Péra.

Na região de Presidente Prudente, por exemplo, teria havido uma economia de 81,5% no custo de transporte em 2017 caso as usinas fizessem diretamente o abastecimento na própria região sem que o etanol tivesse que passar pela base de distribuição em Paulínia e depois retornar para abastecê-la. No caso de Ribeirão Preto, esta economia seria da ordem de 66,6% (*ver infográfico*).

Mesmo para regiões onde o consumo é grande e a área de produção é próxima à Paulínia, caso de Campinas, a venda direta tem um potencial de redução de custo de transporte de 19%. "A queda nos preços pode ser ainda maior se pensarmos que o distribuidor tem sua margem de operação", afirma o pesquisador.

Entretanto, a implantação da política de venda direta pode ter reveses. A primeira questão é garantir que o etanol entregue no posto seja de boa qualidade. Em 2016, segundo a ANP, a fiscalização foi feita nas 271 bases de distribuição no país. Fiscalizar os postos é um desafio maior. Outro problema apontado por Péra é que o mercado pode ficar concentrado perto das usinas produtoras. "Para garantir que chegue etanol em outros Estados, seria preciso uma política de cota ou incentivo."

Por isso, no curto prazo, o pesquisador defende a ampliação de bases de distribuição. "Isso poderia equilibrar a oferta e a demanda e reduzir os custos de transporte até que um modelo para todo o país fosse desenhado".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Por Juliana Machado | De São Paulo

Título: Analistas veem maior risco em ação da Petrobras

O Ibovespa encerrou na sexta-feira em alta, mas não há alento no horizonte. O pedido de demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobras pegou o mercado de surpresa e gestores adotam um tom mais categórico: em ano de eleição presidencial, as ações da estatal anteciparam para agora a volatilidade que era esperada para perto de outubro.

Na sexta-feira, a ação preferencial (PN) da estatal caiu 14,86%, enquanto o papel ordinário (ON) cedeu 14,92%. Com a alta da Vale (4,21%), ação de maior peso, e dos bancos, o Ibovespa até conseguiu subir 0,63%, aos 77.240 pontos. Mas na semana, marcada pela crise dos combustíveis e greve dos caminhoneiros, com efeitos amplos sobre a economia, o índice acabou por ceder 2,10%. Logo depois que o mercado foi informado da demissão de Parente, a ação ON chegou a cair 22,3%, e a PN, 21,5%.

Para analistas, a Petrobras não vai perder tudo o que ganhou em termos de preço desde que Parente assumiu a companhia. Nos dois anos em que o executivo comandou a estatal, a PN acumulou ganho de 93,2%, enquanto a ON subiu 78,7%. Mas tampouco o cenário reserva tranquilidade. "Ficou claro que a estatal vale hoje o que o governo quiser. Esse governo queria que ela fizesse uma política independente, alinhada ao mercado, então ela valia mais para o investidor. Agora, ela foi um instrumento de controle de preços, de lidar com a crise dos combustíveis, então vale menos", diz um gestor.

Segundo essa fonte, a volatilidade sobre os papéis, que já era esperada para o intervalo entre setembro e outubro com as eleições, foi antecipada. E, mais do que antes, as ações da empresa podem ter, no máximo, uma marginal recuperação. "Para o papel, a eleição é agora." O interlocutor nota uma continuidade na mudança de perfil de investidores das ações da Petrobras, um movimento que acontece desde o dia 21, quando começou a greve dos caminhoneiros - desde então, os papéis caem 37%. Daqui para frente, fundos com estratégia de longo prazo, de olho em fundamentos, devem dar mais lugar a investidores de curtíssimo prazo e especuladores, focados em ganhar com a oscilação da ação por um período de tempo pequeno.

"Teremos um intervalo de calma quando o mercado absorver esse choque. Provavelmente, o presidente interino [Ivan Monteiro] vai respeitar a política de preços mensal e colocar panos quentes na situação", diz uma fonte. "Mas a tese de investimento já mudou."

Um analista de uma grande corretora diz acreditar que o problema sobre o ressarcimento da Petrobras é algo que afetará a percepção do mercado, mesmo que ela defenda a independência de sua política. "A própria empresa não deixou claro como vai lidar com o efeito de não ajustar o preço do diesel logo que o dólar e o petróleo oscilarem", diz. "Se ela não sabe, não é o investidor que tomará o risco."

Para Muhammed Ghulam, analista do banco Raymond James, o governo deixou de lado a política de não intervenção nos preços dos combustíveis e a saída abrupta de Parente não traz um impacto direto sobre a lucratividade da

empresa, "mas é mais um elemento nos riscos grandes para as ações em um ano de eleição".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Por Adriana Cotias | De São Paulo

Título: Queda de Parente muda ânimo com Petrobras

A saída de Pedro Parente do comando da Petrobras pegou o mercado de surpresa e trouxe novo tombo para as ações na sexta-feira, com desvalorização de 14,9% para as preferenciais. Os papéis só permaneceram no "top 10" da Carteira Valor em junho, com três indicações, porque as corretoras participantes enviaram suas sugestões no fim de maio, antes do feriado, conforme o regulamento. Consultadas após o episódio, só a estreante Elite Investimentos teria mantido a petrolífera na sua seleção do mês.

A expectativa de que o estresse provocado pela greve dos caminhoneiros aceleraria a renegociação do contrato de cessão onerosa pelo governo com a Petrobras levou a Spinelli Corretora a manter as ações da estatal nas suas recomendações antes da queda Parente.

Segundo o analista Glauco de Castro Legat, depois de o ativo ser castigado na bolsa pelos desdobramentos da paralisação, uma das formas de o governo compensar o subsídio à redução do preço do diesel seria levar os leilões do pré-sal adiante.

"Seria uma fonte prática de receita para o governo, que teria um valor expressivo a receber, resolveria o descasamento fiscal com a retirada do PIS/Cofins [do preço do diesel]", afirma.

Junto com a renegociação do contrato que cedeu à Petrobras o direito de produzir até 5 bilhões de barris no pré-sal, como parte da megacapitalização da companhia em 2010, tramita na Câmara um projeto de lei que pode ajudar a União e a petroleira a fecharem um acordo. O texto prevê que a Petrobras libere até 70% de sua participação nas áreas da cessão onerosa e que a União pague a petroleira em dinheiro ou títulos de dívida pública, mas há conversas para que a compensação seja feita em barris.

Para Legat, embora ainda seja um papel promissor se houver um cenário em que o novo comando siga a cartilha de Parente, a recomendação agora não é mais de compra. "O investidor estaria pagando um prêmio alto de forma antecipada e confiando muito num 'call' político", diz.

A Magliano Corretora não tinha em perspectiva a saída de Parente quando manteve as ações da empresa nas suas indicações. Ainda assim, o analista Sérgio Goldman diz que entre os riscos que pesou para fazer a indicação já considerava a mudança na política de preços de combustíveis.

"A premissa era que qualquer alteração manteria a capacidade de geração de fluxo de caixa da companhia num nível confortável, de maneira suficiente para remunerar acionistas e credores."

Sua hipótese era que uma mudança na política de reajuste nas refinarias poderia ser compensada pelo corte de custos, de um lado, e pelas contrapartidas do governo, de outro.

"De qualquer forma, era uma saída ruim para a sociedade, pelo impacto fiscal e que também tem um efeito sobre os preços dos ativos brasileiros, de maneira geral."

Mesmo com a indicação de um presidente tampão até a mudança de governo, Goldman não considera que o plano de venda de ativos da petrolífera esteja comprometido. Embora tenha retirado a ação das suas indicações top 5, o analista diz que não é hora de vender o ativo. O investidor que tiver perfil de longo prazo e tolerância a risco pode até aproveitar o momento para comprar.

A Elite teria sugerido o papel mesmo após a substituição de Parente, segundo o analista Alexandre Marques Filho. "Pode ser que durante junho, com o mercado mais calmo e alguma indicação de um interino [Ivan Monteiro, diretor financeiro e de relações com investidores, foi confirmado no posto] que siga as mesmas diretrizes, a ação se recupere."

Ele cita que por mais que Parente seja um nome importante, pois dava credibilidade pela política de preços e pela melhora da governança, o que importa agora é saber se a política de gestão da empresa será preservada.

Marques Filho afirma que a primeira reação no mercado é de investidores movidos pelo desespero, mas ele diz que não é hora de vender. "Pode ser uma boa oportunidade de compra? Pode, mas não sabe se vai comprar melhor na segunda."

Na sua recomendação, feita antes do feriado, a Elite justificava o investimento pelo foco da empresa na melhora da alavancagem financeira, redução nos investimentos futuros e um plano bem-sucedido de corte de custos.

MME / ASCOM .